

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito dos Projetos *(Per)curso da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso*, referente ao EDITAL Nº 002/2017 PROGRAD/DIREN/UFU e *Entre a iniciação científica e a conclusão de curso: a produção monográfica dos Cursos de Graduação em História da UFU*. (PIBIC EM CNPq/UFU 2017-2018). (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

Ambos visam à digitalização, catalogação, disponibilização online e confecção de um catálogo temático das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontínuos@dirbi.ufu.br.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

HUGO RICARDO RIBEIRO DOS SANTOS

**VISÃO DOS (AS) EDUCANDOS (AS) E DOS (AS) EDUCADORES (AS)
SOBRE O USO DE SUBSTÂNCIAS CONSIDERADAS “LICITAS E ILÍCITAS”
NO INTERIOR DA ESCOLA ESTADUAL DO PARQUE SÃO JORGE, EM
UBERLÂNDIA-MG**

UBERLÂNDIA/2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

HUGO RICARDO RIBEIRO DOS SANTOS

**VISÃO DOS (AS) EDUCANDOS (AS) E DOS (AS) EDUCADORES (AS)
SOBRE O USO DE SUBSTÂNCIAS CONSIDERADAS “LICITAS E ILÍCITAS”
NO INTERIOR DA ESCOLA ESTADUAL DO PARQUE SÃO JORGE, EM
UBERLÂNDIA-MG**

Monografia apresentada na Universidade Federal de Uberlândia-UFU ao Curso de História; como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel e Licenciado em História, sob orientação da Prof.^a Dra. Jorgetânia da Silva Ferreira.

UBERLÂNDIA/2017

HUGO RICARDO RIBEIRO DOS SANTOS

**VISÃO DOS (AS) EDUCANDOS (AS) E DOS (AS) EDUCADORES (AS)
SOBRE O USO DE SUBSTÂNCIAS CONSIDERADAS “LICITAS E ILÍCITAS”
NO INTERIOR DA ESCOLA ESTADUAL DO PARQUE SÃO JORGE, EM
UBERLÂNDIA-MG**

Monografia apresentada na Universidade Federal de Uberlândia-UFU ao Curso de História; como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel e Licenciado em História, sob orientação da Prof.^a Dra. Jorgetânia da Silva Ferreira.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Jorgetânia da Silva Ferreira (INHIS/UFU)

(Orientadora)

Prof.^a Dra. Maria Andréa Angelotti Carmo (INHIS/UFU)

Prof.^a Ms. Wilma Ferreira de Jesus (UFU)

UBERLÂNDIA/2017

Dedico este trabalho aos meus pais Enderson e Eliene e a minha noiva Beatriz, que mesmo nos momentos difíceis sempre me apoiaram e ajudaram a superar os obstáculos, angústias e ter confiança para continuar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada e me fez capaz de concluí-la.

Agradeço aos meus amados pais Enderson e Eliene, que me incentivaram todos os anos que estive na faculdade. Que muitas vezes deixaram seus sonhos, para que eu realize os meus sem medo e cheio de esperanças, não tenho palavras para agradecer tudo isso. Muito obrigado, saiba que amo muito vocês!

A minha amada noiva, agradeço o constante incentivo para que eu concluísse essa etapa, como também pelo seu companheirismo e pela sua compreensão que foram fundamentais para elaboração e conclusão deste estudo. Amo-te!

Aos meus amados avós, agradeço por sempre me apoiarem a cada etapa de minha vida, agradeço por me ensinarem que é na simplicidade que o amor se encontra.

Agradeço aos mestres que durante o curso me ensinaram ver para além dos muros da Universidade, e compartilharam comigo muitos aprendizados. A minha orientadora Jorgetânia, meu agradecimento. Obrigado por confiar em mim e aceitar me orientar. Você professora foi fundamental para a realização desta pesquisa, através dos conselhos e correções e pelos valiosos ensinamentos para que este trabalho viesse a ser avaliado. Obrigado!

Agradeço ainda a Escola Estadual do Parque São Jorge, que durante os 6 meses que fiquei na escola em pesquisa, me receberam muito bem. E dispuseram seu material pedagógico e as salas de aulas para que eu realizasse este trabalho. Muito obrigado!

Quero agradecer também aos colegas e amigos que pude fazer durante esses anos de faculdade. Em especial aos de convivência diária, Darliene, Gabriela, e Rubens. Sempre estivemos juntos nesses anos de curso, compartilhando cada conquista e sempre estiveram prontos a me ajudar. Muito obrigado, amo vocês!

Aos meus familiares agradeço pelo incentivo para seguir em frente em cada caminhada escolhida. Enfim agradeço a todos que viveram esse sonho comigo!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a visão dos (as) educandos (as) e dos (as) educadores (as) sobre o uso de substâncias consideradas “lícitas e ilícitas” no interior da escola Estadual do Parque São Jorge, localizada na cidade de Uberlândia-MG. Objetivando entender qual o discurso que é promovido por ambas às partes foram escolhidos (as) como fonte de pesquisa deste estudo os (as) seguintes autores: (as) Júlio Assis Simões, Maria Lucia Karam, Paulo Freire, Beatriz Carlini Cotrim, Gilberta Acslrad, dentre outros. Em primeiro momento será levantado os textos que discutem o assunto para que assim possa haver uma discussão com os resultados obtidos nesta pesquisa. Para isto foi escolhida como técnica de pesquisa deste trabalho, a observação em sala de aula e a aplicação de questionário. Apesar de haver a aplicação de um questionário, as principais metodologias aplicadas neste estudo foram o diálogo e a escuta.

Palavras-chave: Drogas, Proibicionismo e Pedagogia da Autonomia.

Índice de ilustrações

Figura 1 Drogas experimentadas pelos (as) educandos (as)	51
Figura 2 Drogas” que os (as) educandos (as) fazem o uso	52
Figura 3 Local onde utiliza a(s) droga(s)	53
Figura 4 Com quem utiliza a(s) droga(s)	54
Figura 5 Instrumentos que são utilizados no uso de drogas e são compartilhados	55
Figura 6 Quem que ofereceu a substância	56

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1	17
O uso de substâncias nomeadas como “drogas” na historiografia.....	17
1.1 O uso da palavra “droga”	18
1.3 Políticas públicas.....	22
Capítulo 2.....	29
Ensinar não é transferir conhecimentos: uma educação para a autonomia.....	29
2.1 Instituições escolares X “Drogas”: perspectivas de pensamentos	31
2.2 O proibicionismo dentro das instituições escolares	33
2.3 Educação voltada para as “drogas” com base na autonomia.....	35
2.4 Mudança na atuação do (a) educador (a) e do (a) educando (a)..	37
2.5 Analisando o papel da mídia.....	38
Capítulo 3.....	40
Análise da Escola Estadual do Parque São Jorge	40
3.1 Diálogos com os (as) educandos (as).....	41
3.2 Conversas com os (as) moradores (as) do bairro Parque São Jorge V	44
3.3 Diálogo com os (as) educadores (as).....	45
3.4 Conclusão da análise obtida através das observações e dos diálogos.....	48
3.5 Descrição dos resultados dos questionários.....	49
Considerações finais	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
APÊNDICES I: QUESTIONÁRIO	62

Introdução

O presente trabalho procura discutir a visão dos (as) adolescentes sobre o uso de substâncias consideradas “lícitas e ilícitas” no interior da escola Estadual do Parque São Jorge, localizada na cidade de Uberlândia-MG no bairro Parque São Jorge V. A mesma tem como público alvo adolescentes, jovens e adultos que pretendem cursar o ensino médio regular como também o Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

Compreendo que a escola é um lugar onde deveria haver interação entre os (as) adolescentes, ou seja, um lugar para fazer amizades e cultivá-las, mas o que as escolas veem relatando inclusive esta que foi mencionada aqui é que muitas vezes a mesma tem sido colocada como uma porta de entrada, ou lugar de encontro, entre esses (as) jovens e essas substâncias que são levadas pelos (as) próprios (as) educandos (as). O que se percebe é que as campanhas elaboradas pelo governo e aplicadas nas escolas contra o uso destas substâncias sejam elas “lícitas ou ilícitas”, ou seja, “drogas”, já não estão tendo nenhum tipo de efeito nos jovens. Temos que buscar novos meios eficientes para sensibilizar esses jovens, para que assim eles próprios possam tomar suas decisões, ou seja, temos que promover uma educação para a autonomia.

Infelizmente vivemos em uma sociedade que culpa o considerado usuário de determinada substância, mas não olha o passado da sociedade em que vive, não faz um estudo nem tão pouco procura de fato fazer uma campanha de sensibilização ao tema. Pelo contrário, o que se consegue presenciar nas escolas são discursos embasados e pautados no proibicionismo(prática que defende medidas de proibição), sem qualquer reflexão ou abertura ao diálogo e qualquer tentativa de fazer o mesmo a pessoa já é taxada como sendo uma defensora de determinada “droga”. Ao pesquisar o tema “uso de drogas” nos deparamos com diversos discursos, entre eles se encontra o proibicionismo e que está presente na maioria das instituições públicas e privadas, onde se estabelece regras sem promover qualquer diálogo sobre o porquê desta proibição, ou seja, não há um momento de sensibilização. Indo contra este discurso citado, em outra vertente encontra-se a legalização, que procura através do diálogo mostrar vertentes que vão a

favor da legalização de determinadas substâncias, como por exemplo, a maconha, que hoje é reconhecida e nomeada como uma substância ilícita, ou seja, que é proibido o cultivo e o uso da mesma.

A partir dessas considerações o presente trabalho tem como objetivo analisar as representações das “drogas” nos discursos dos (as) professores (as) e dos (as) educandos (as), objetivando entender qual o pensamento que os (as) mesmos (as) possuem sobre estas substâncias, para que assim possa ser analisado o discurso empregado em relação ao proibicionismo como também a legalização. Com base neste estudo outro objetivo colocado foi de voltar-se para o estudo em campo, objetivando analisar quando ocorreu esse primeiro contato com as “drogas” como também analisar quem foi que apresentou estas substâncias para este (a) educando (a).

Para que esta pesquisa fosse elaborada, fiquei 6 meses na escola Estadual do Parque São Jorge. Na mesma analisei o Projeto Político Pedagógico que me auxiliou muito em entender qual eram os objetivos colocados pela instituição para aqueles (as) educandos (as) e quais eram seus métodos de ensino. Objetivando conhecer mais sobre os (as) educandos (as) e sobre a escola o segundo passo colocado em ação foi o de conversar com os (as) professores (as) e os (as) jovens. Essas primeiras conversas tiveram como obtivo conhecer mais o cotidiano daquele (a) jovem e dos (as) professores (as), ou seja, conhecer sua realidade, promovendo assim uma interação entre a pesquisa e a realidade daquelas pessoas para que depois pudessem ser aplicados os questionários em relação ao tema aqui tratado. Apesar de haver a aplicação de um questionário as principais metodologias aplicadas neste estudo foram o diálogo e a escuta, pois se entende que ensinar exige disponibilidade e abertura para que haja de fato a escuta e a partir disto o diálogo. Essa perspectiva defendida por Paulo Freire, também pode ser tomada como essencial para o desenvolvimento da pesquisa. Entende-se que é escutando que aprendemos a falar com os (as) educandos (as), o (a) educador (a) que escuta segundo Paulo Freire aprende a difícil lição de transformar o seu discurso e seu diálogo. Segundo Paulo Freire, o diálogo é o principal instrumento de ensino, ressalto que o diálogo aqui foi entendido como

uma confirmação conjunta do (a) educador (a) com os (as) educandos (as) no ato comum de conhecer e reconhecer o objeto de estudo, ou seja, as “drogas”.

A escolha da escola e da temática deste trabalho monográfico possui duas motivações, que veem me acompanhando em toda a minha trajetória universitária. A primeira diz respeito à escolha da escola, visto que ao terminar meu ensino fundamental II precisei trocar de escola, pois a que eu estava só fornecia a população o ensino fundamental. O meu desejo era estudar na Escola Estadual do Parque São Jorge, pois além de ser perto de minha residência, todos os meus colegas iriam estudar na mesma. Apesar de minha vontade, minha mãe não aceitou minha opinião, e colocou-me em uma escola localizada em outro bairro, pois segundo ela a Escola Estadual do Parque São Jorge não era um ambiente bom para ficar e estudar, visto que a escola possuía muitos estudantes reprovados e mais velhos. A segunda motivação deste estudo diz respeito à escolha da temática, cujo objetivo da escolha da mesma foi conhecer a realidade da escola e do bairro que moro como também auxiliar em minha formação, visto que sou professor e preciso saber como lidar com essas situações.

Ao escolher este tema, analisei bibliografias e fontes, e ao analisá-las notei que apesar de vários (as) autores (as) de diferentes áreas analisarem e pesquisarem essa temática, a mesma é pouca discutida nas escolas e no meio acadêmico. A proposta desse trabalho está relacionada à nossa formação enquanto professor educador, preocupando sempre com o bem do outro, procurando soluções em prol de uma sociedade melhor, uma sociedade pautada no diálogo e no respeito aos diferentes pensamentos e opiniões. Entende-se que para que haja o ensino o primeiro passo que deve ser dado por nós educadores (as) segundo Paulo Freire, é o respeito aos saberes trazidos pelos (as) educandos (as), pois de acordo com ele pensar certo, coloca tanto o (a) professor (a) como também a instituição escola, o dever de respeitar os saberes dos (as) educandos (as) como também discutir com os (as) mesmos (as) a razão de ser de alguns desses saberes. O objetivo aqui não o de transmitir conteúdos sobre as “drogas”, e sim auxiliar no desenvolvimento da curiosidade crítica e insatisfeita dos (as) educandos (as).

O presente trabalho procura não defender uma teoria ou uma vertente, mas analisar como estas vertentes já empregadas pela escola e pela sociedade veem afetando nossos (as) jovens e influenciando-os (as) em suas decisões. Duas são as justificativas para a elaboração desse estudo, a primeira se refere á construção de um estudo que de fato dê abertura aos (as) educandos (as) para que os (as) mesmos (as) possam mostrar seus pensamentos sobre as “drogas” sem que haja uma crítica de certo ou errado, um estudo que respeite suas opiniões e vontades. A segunda justificativa deste estudo diz respeito ao fortalecimento do diálogo e da escuta dentro das intuições escolares. Assim, essa pesquisa se dispõe em torno das seguintes problemáticas:

- O que a bibliografia histórica nos conta sobre o uso das “drogas”?
- Qual a representação das “drogas” na história?
- Qual o entendimento que os (as) jovens e os (as) professores (as) possuem sobre as “drogas”?
- Qual o lugar onde ocorreu o primeiro contato com estas “drogas”?
- O discurso proibicionista empregado pela escola tem algum efeito na decisão dos jovens?

Tendo em vista os aspectos citados, o presente trabalho possuiu um caráter exploratório, tendo como uma das fontes de obtenção de dados às informações obtidas na pesquisa bibliográfica. A pesquisa aqui proposta por este estudo possui ligação também com a análise das representações sociais, visto que os objetivos aqui propostos procuram analisar qual a opinião e o entendimento que os (as) educandos (as) e os (as) educadores (as) possuem a respeito do uso dessas substancias licitas e ilícitas, ou seja, o estudo aqui proposto possui como um dos focos a análise do discurso do indivíduo e da sociedade, e vice-versa.

Em nossa sociedade a todo o momento são colocadas novas informações, e isso faz com que atribuamos significados que já conhecemos, ou seja, essas novas representações sociais passam a ser colocadas como verdadeiras teorias do senso comum, sem qualquer questionamento. Ao se estudar e analisar a teoria das representações observa-se que a mesma possui um aparato teórico e metodológico de grande utilidade para o estudo da

atuação do imaginário social sobre o pensamento e as condutas de pessoas e grupos, e é isto que este trabalho monográfico procura realizar através da aplicação dos questionários e das conversas com os (as) educadores (as), com os (as) educandos (as).

Do mesmo modo, o estudo também tem uma vertente qualitativa e quantitativa, posto que os dados obtidos sujeitaram-se as interpretações do pesquisador, em consonância com o levantamento bibliográfico. De acordo com Gil (2002), as pesquisas são definidas como “o procedimento racional e sistemático” que objetiva “proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Sendo que pela deficiência de resposta a alguma indagação ou as respostas existentes encontram-se desorganizadas é necessária, então, realizar a pesquisa para solucionar o problema em questão. O autor classifica as pesquisas em dois grupos: razões de ordem intelectual e razões de ordem prática. As primeiras estão relacionadas com a satisfação de simplesmente conhecer; e as segundas de conhecer e contribuir de forma mais eficiente.

Para Gil (2002) as pesquisas também podem ser classificadas com base em seus objetivos:

a) Pesquisas exploratórias: flexíveis, que proporcionam mais familiaridade com o problema. Podem abranger o levantamento bibliográfico, entrevistas, análises de exemplos. Pode assumir forma de pesquisa bibliográfica ou até estudo de caso.

b) Pesquisas descritivas: relacionadas à descrição de caracteres, seja elas de determinada população ou algum fenômeno. Destaca-se pela utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados como questionários e a observação sistemática.

c) Pesquisas explicativas: complexo, objetiva a explicar a razão e o porquê das coisas identificando o determinante ou o contribuinte da ocorrência de um fenômeno.

Nas bases dos procedimentos técnicos utilizados, Gil (2002), diz que é importante estabelecer uma classificação para as pesquisas citadas anteriormente para facilitar a análise do que se diz empírico com o científico. Para isso é utilizado um delineamento que é o “planejamento numa dimensão

ampla que envolve tanto a diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de coleta de dados”. O delineamento é definido em dois grupos:

- a) Os que referem “fontes de papel”: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental;

As pesquisas bibliográficas, segundo o autor, são desenvolvidas a partir de materiais já elaborados e as fontes de pesquisa estão classificadas em: livros (de leitura corrente – obras literárias ou obras de divulgação); (de referência – informativa remissiva como dicionários, enciclopédias, anuários e almanaques), bem como, as publicações periódicas como jornais e revistas; e os impressos diversos. E a pesquisa documental é semelhante à bibliográfica, porém, utilizam-se materiais que não receberam uma determinada análise e por isso podem sofrer uma reelaboração de seu conteúdo de acordo com o objetivo da pesquisa.

- b) Dados que são fornecidos pelas pessoas: a pesquisa experimental; a pesquisa ex-post facto; levantamento/estudo de caso; a pesquisa-ação e a pesquisa participante.

A pesquisa experimental proporciona, ao objeto de estudo, variáveis que levam a um resultado que será analisado. Tem como propriedade a manipulação, o controle ou a distribuição aleatória. Já a pesquisa ex-post facto trabalha com as variáveis como na pesquisa experimental, porém o pesquisador não poderá interferir no processo, pois o fenômeno já ocorreu. No levantamento, é a pesquisa que seleciona determinado grupo de pessoas e a elas são trabalhadas informações que, após a observação e coleta de dados, são realizados análises quantitativas para chegarem a determinada conclusão; e o estudo de caso é um método mais utilizado nas ciências sociais e biomédicas. É um estudo profundo acerca de poucos objetos ou apenas um, mas que leva a um amplo conhecimento (GIL, 2002).

A pesquisa-ação:

é um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da

situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (GIL, 2002)

A pesquisa participante é aquela que desenvolve a partir da interação entre os pesquisadores e membros das situações investigadas podendo ser concomitantemente realizada com a pesquisa-ação e possuir uma proposta político-pedagógica ideológica com objetivo de levar a uma mudança social (GIL, 2002).

O autor acima ainda informa sobre o estudo de corte e o estudo de campo. O primeiro se refere ao estudo de grupos que possuem características em comum cuja amostra será acompanhada por um período para que a partir disso possam desenvolver análises. E o segundo é semelhante ao levantamento, porém é mais profundo nas questões propostas levando a uma flexibilidade no planejamento do estudo.

Esse trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro abordo á trajetória das “drogas” na história, procurando compreender o uso das substâncias nomeadas como licitas e ilícitas na história da sociedade, mostrando dois caminhos, o da proibição e o da legalização das mesmas. No segundo, procuro analisar qual o papel que as instituições escolares veem desempenhando com seus alunos em relação à cultura do proibicionismo. O terceiro capítulo foi destinado à discussão sobre os dados obtidos através das observações nas salas de aula e a aplicação dos questionários, objetivando entender qual a prática utilizada pela Escola Estadual do Parque São Jorge ao abordar a temática “droga”.

Capítulo 1

O uso de substâncias nomeadas como “drogas” na historiografia

Este capítulo será destinado ao levantamento bibliográfico sobre o uso de substâncias nomeadas como lícitas e ilícitas na historiografia, mostrando dois caminhos, o da proibição e o da legalização das mesmas. O primeiro passo a ser dado por este trabalho foi o de analisar o surgimento desta cultura do “proibicionismo” mostrando seus objetivos e seu percurso na história de nossa sociedade. Para isto foi necessário recorrer a temas que perpassam por este assunto, como o surgimento das nomenclaturas que percorre todo este trabalho, por exemplo, o uso da palavra “droga”. Para embasar este estudo foi necessário ampliar a área de pesquisa bibliográfica, ou seja, além de abordar historiadores que analisam a temática deste estudo foi necessário também recorrer a diferentes áreas de estudo, como por exemplo, a Antropologia, Filosofia, Sociologia e a Educação, objetivando assim ampliar a compreensão sobre a temática, e buscando respeitar o método de estudo de cada área.

Uma primeira constatação é de que o uso destas substâncias perpassa por toda a nossa existência. Segundo o Professor Júlio Assis Simões do departamento de Antropologia da USP, o uso e o consumo de substâncias “psicoativas” que foram nomeadas como “drogas” fizeram e fazem parte de toda a história humana. Para o autor Júlio Assis Simões, não tem como você estudar a sociedade que temos hoje sem olhar como que a mesma foi se constituindo ao longo do tempo, e este foi um dos objetivos posto aqui neste trabalho.

De acordo com Júlio Assis Simões (salvador/2008):

Do ponto de vista do campo de estudos da cultura e da política, no seu sentido mais amplo, a existência e o uso de substâncias que promovem alterações na percepção, no humor e no sentido são uma constante na humanidade, remontado a lugares longínquos e a tempos imemoriais.¹

¹ SIMÕES, Júlio Assis. Prefácio. In: LABATE, Beatriz Caiuby. GOULART, Sandra. FIORE, Maurício. MACRAE, Edward. CARNEIRO, Henrique. Drogas e cultura: novas perspectivas. Edufba, Salvador. 2008. P.13

Como colocado acima o uso destas substâncias que promovem alterações tem uma participação permanente na história humana, mas sua existência e uso são variáveis culturalmente, e esta singularidade de cada sociedade deve ser compreendida na análise. Sua existência como coloca Júlio Assis Simões passa por diversas questões presentes em nossa sociedade, como a de liberdade, acompanhada de normas e disciplinas, como também de sociabilidade, prazer, violência, comércio, dentre outros citados pelo autor.

1.1 O uso da palavra “droga”

Antes de entrar mais a fundo na historiografia vamos discutir primeiramente o uso na nomenclatura “droga”, que hoje é bastante utilizado em todo o canal de comunicação. Segundo o texto “As drogas: objeto da Nova História²”, ao longo da história humana foram sendo colocadas diversas explicações e significados para o termo “droga”, que variava de lugar para lugar e de cultura para cultura. O objetivo colocado aqui neste ponto será o de entender esses significados e analisá-los.

Quando se analisa estes conceitos segundo o autor Henrique Carneiro, nos deparamos pelo menos com duas linguagens, uma voltada para o lado técnico, e outro para o lado cultural e social. O lado técnico procura analisar apenas o termo em si, utilizado muito pelos cientistas e médicos, enquanto que o lado cultural e social da nomenclatura fica á cargo daqueles que procuram analisar não só a nomeação da palavra, mas analisar também qual o sentido que determinada sociedade dava e da para aquela substância no seu cotidiano. Para Carneiro, ao estudar o termo deve ser analisado todas as formas de linguagens que estudam o tema, e partir disto fazer uma conciliação entre estas.

Henrique Carneiro procura traçar os caminhos percorridos pelos conceitos que rodeavam as “drogas” na Europa, na Ásia e na América a partir do século XV. Por meio do estudo destes conceitos o autor consegue aliar as duas compreensões já apresentadas aqui, ou seja, o significado cultural e social e o

² Texto elaborado pelo autor Henrique Carneiro, que é doutor em História Social.

técnico. De acordo com o autor, quando se analisa o uso de “drogas” no século XV percebe-se que seu significado possuía uma caracterização ampla, e que os conceitos que norteavam essas substâncias ainda eram vagos, e isto só começa a mudar a partir do século XVI.

Já no século XVI o conceito atribuído às “drogas” possuía um valor de riqueza, riqueza esta que é diferente da que temos hoje, como por exemplo, os bens materiais, esta riqueza relacionava-se diretamente ao próprio corpo, como também aos sentidos. A esta riqueza o autor deu o nome de “fetiches sensoriais” que segundo ele possuíam um alto valor comercial por causa do seu fetichismo que ali estava presente e por causa do impacto sensorial que a mesma possuía:

O alvorecer do século XVI encontrou nessas substâncias o símbolo fetichístico de uma ambição crescente que envolveu todo o mundo num único e voraz sistema comercial.³

Com base nesta afirmação, percebe-se uma forte ligação existente entre essas substâncias que foram taxadas como sendo “drogas” com a sociedade e o cotidiano dessas pessoas, ligação esta que vai além do prazer e que não é levado em conta ao se elaborar um discurso contra as mesmas. Grande parte dos experimentos que os médicos da época (século XVI) realizavam estavam ligados a estas substâncias, seus objetivos era o de experimentar essas substâncias para poderem classificar as mesmas. Segundo Henrique Carneiro, as “drogas” ali eram valorizadas pelos cheiros e pelas cores que as mesmas transmitiam aos sentidos das pessoas.

Diferente desta linguagem acima o lado técnico procura taxar e qualificar o que seria essas “drogas”, mas diferente dos médicos que são em maioria os responsáveis por esse lado técnico, o autor Júlio Assis Simões procura analisar esta linguagem juntamente com os discursos dos historiadores, dos antropólogos, dos sociólogos, dentre outros. De acordo com ele as práticas e os conceitos que estão ligados e que rodeiam o tema são produtos culturais e históricos, que remetem diretamente ao modo particular de compreensão de cada pessoa. E é com base nisto que o autor Júlio Assis Simões procura

³ CARNEIRO, Henrique. As drogas: objeto da Nova História. Revista USP, São Paulo, n.23. 1994. P.4

mostrar qual seria esta definição mais técnica através do prefácio do livro “Drogas e cultura: novas perspectivas”.

Segundo Júlio Assis Simões (Salvador/2008):

Na linguagem mais técnica, “droga” serve para designar amplamente qualquer substância que, por contraste ao “alimento”, não é assimilada de imediato como meio de renovação e conservação pelo organismo, mas é capaz de desencadear no corpo uma reação tanto somática quanto psíquica, de intensidade variável, mesmo quando absorvida em quantidades reduzidas.⁴

Além deste termo “droga” usa-se também a linguagem do “psicoativo”, ambos os termos são usados para aquelas substâncias que fazem alguma alteração na consciência do indivíduo, ou seja, qualquer tipo de alteração. Ao analisar o discurso mais técnico diferente do cultural e social que foi analisado pelo autor Henrique Carneiro, já se percebe um ato de controle através da sua definição, ou seja, algo mais taxativo.

Na linguagem mais comum, por fim, “drogas” significam substâncias psicoativas ilícitas (maconha, cocaína, crack, heroína, LSD, ecstasy), cujo uso é tido necessariamente como abusivo e que são alvos dos regimes de controle e proibição.⁵

Através deste lado mais técnico da linguagem segundo o autor Júlio Assis Simões, o termo “drogas” foi associado como um perigo as famílias, aos adolescentes, jovens, como também a principal causa da violência nas cidades, colocando as chamadas “drogas” como o mal fundador de diversos problemas, criando assim a cultura do proibicionismo. Segundo ele somos nós historiadores, antropólogos sociólogos, pedagogos, dentre outros, que temos que desafiar e complementar criticamente discursos como esses apresentados

⁴ SIMÕES, Júlio Assis. Prefácio. In: LABATE, Beatriz Caiuby. GOULART, Sandra. FIORE, Maurício. MACRAE, Edward. CARNEIRO, Henrique. Drogas e cultura: novas perspectivas. Edufba, Salvador. 2008. P.14

⁵ SIMÕES, Júlio Assis. Prefácio. In: LABATE, Beatriz Caiuby. GOULART, Sandra. FIORE, Maurício. MACRAE, Edward. CARNEIRO, Henrique. Drogas e cultura: novas perspectivas. Edufba, Salvador. 2008. P.14

acima, que em sua maioria são elaborados por médicos, farmacológicos, religiosos, dentre outros.

. 1.2 Criação do Proibicionismo

Como foram mencionadas anteriormente, algumas esferas sociais elegeram de acordo com os seus interesses pessoais essas substâncias nomeadas como “drogas” como sendo o mal causador de diversos conflitos, como por exemplo, a violência. Com isto segundo o autor Júlio Assis Simões instaurou-se uma “guerra” a estas substancias, ou seja, antes o que se tinha era a participação ativa destas substancias na vida das pessoas, agora você passa a condenar toda e qualquer forma de uso da mesma substância. Ao se analisar essa “guerra” as “drogas”, o autor Júlio Assis Simões, considera a mesma como algo fútil por diversas evidências mostradas no decorrer da historia. Dentre vários exemplos citados pelo autor podemos analisar aqui a chamada “lei seca”.

A “lei seca” teve como objetivo principal a proibição da fabricação, como também o transporte e a venda de bebidas alcoólicas nos Estados Unidos da América em 1920. Como consequência de toda esta proibição segundo o autor, houve a proliferação dos comércios clandestinos de bebidas alcoólicas, pois a partir desta proibição o comercio ilegal foi se tornando algo atrativo e crescente nos Estados Unidos da América.

O negócio de bebidas clandestinas se tornou atrativo por causa do grande lucro que os seus produtores conseguiam com suas vendas, pois em sua maioria, usavam-se produtos de baixa qualidade para a produção da bebida e mão de obra barata, visto que era algo considerado clandestino. Esse comércio crescente, segundo o autor, impulsionou também o crime e o perigo aos consumidores, pois esses não sabiam qual era a procedência como também a qualidade daquilo que estavam produzindo e consumindo. Nota-se ai que o uso do álcool não foi o causador de todos os males, o grande causador segundo o autor foi o próprio proibicionismo, que nega toda a história. Por fim o antropólogo Júlio Assis Simões, conclui que:

Apesar disso, nossa legislação continua a fazer vistas grossas às evidências de que o sofrimento e as mortes associadas pelas autoridades e pela mídia ao uso de “drogas” em nossas grandes cidades decorrem principalmente da clandestinidade que nutre o mercado e cria mundos de delinquência, ligados tanto ao tráfico quanto à repressão, os quais frequentemente se superpõem e se reforçam mutuamente como formas de extorsão.⁶

Ou seja, toda essa cultura proibicionista não leva em conta o papel que essas substâncias tiveram em nossa sociedade e na formação da mesma. É preciso segundo Júlio Assis Simões ter um olhar para a relação humana estabelecida com essas substâncias, ou seja, têm que se aliar a análise técnica com a cultural e social, observando o porquê da produção e do uso e quais são essas motivações, itens que são negados pelas políticas antidrogas criadas pelo governo brasileiro.

1.3 Políticas públicas

O que veem se observando nos últimos tempos é que estamos presenciando um embate em termo de políticas públicas e maneiras de conceber as “drogas” em uma oposição binária entre o paradigma a “guerra às drogas”, o “proibicionismo” de um lado e uma perspectiva mais atrelada à redução de danos de outro. Ao se analisar essa criada “guerra às drogas” percebe que a mesma também é histórica, cujo inicio se deu nos Estados Unidos da América, e o Brasil, em termos de políticas públicas, adotou termos semelhantes à perspectiva norte americana, que tem como objetivo reprimir tanto aquelas pessoas que fazem o uso como também o tráfico. O que acontece historicamente com este modelo brasileiro adotado é que este sistema tem trancafiado, prendido usuários de “drogas” que muitas vezes não são traficantes, conforme a lei de “drogas” brasileira, ou seja, sua ligação com aquela substancia diz respeito a si mesmo, e ao entendimento de mundo que aquela pessoa possui, e isto não é levado em conta pelo nosso sistema. Só se

⁶ SIMÕES, Júlio Assis. Prefácio. In: LABATE, Beatriz Caiuby. GOULART, Sandra. FIORE, Maurício. MACRAE, Edward. CARNEIRO, Henrique. Drogas e cultura: novas perspectivas. Edufba, Salvador. 2008. P.15

aceita o discurso do sujeito quando o interesse ali é o de julgar e taxar determinada pessoa ou ato.

O que se percebe é que essas prisões, em sua maioria, está relacionada diretamente ao preconceito, à criminalização da pobreza, sendo presas no Brasil, em regra, pessoas negras e de baixo poder aquisitivo, ou seja, de uma classe econômica mais baixa.

Essa globalizada intervenção do sistema penal sobre produtores, distribuidores e consumidores das drogas qualificadas de ilícitas se caracteriza por uma sistemática violação a princípios e normas consagrados nas declarações universais de direitos (como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos) e nas Constituições democráticas (aí, naturalmente incluída a Constituição Federal brasileira), desautorizadamente negando direitos fundamentais e suas garantias.⁷

No que diz respeito ao sistema prisional o mesmo já tem demonstrado que não é a solução de problemas, como a violência, pelo contrário ele em sua maioria acaba influenciando algumas pessoas que ali estão por terem cometido algum delito insignificante a cometerem algo ainda pior, pois ao entrar naquele ambiente o adolescente e o adulto tem contato com todo o tipo de pessoas que cometeram diferentes tipos de crimes, sem falar na forma que o mesmo é construído e organizado. De acordo com a autora Gilberta Acselrad mestre em Educação, fala em seu texto “Drogas, a Educação para a Autonomia como Garantia de Direitos “que mesmo aqueles governos que possuem um olhar diferente para o uso destas substancias taxadas “drogas”, como o “combate limitado ao uso indevido”, ou seja, ações que reconhecem o contexto sejam da pessoa ou do local, ainda estes confirma uma necessidade de “erradicar o uso”. Segundo as pesquisas elaboradas pela autora citada há uma preocupação essencial com as “drogas” consideradas ilícitas, deixando de lado aquelas que mais se destacam quanto ao índice de uso, mas que receberam o nome de legais, como o álcool, o tabaco, tranquilizantes, dentre outros, ou seja,

⁷ KARAM, Maria Lucia. A lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. In: LABATE, Beatriz Caiuby. GOULART, Sandra. FIORE, Maurício. MACRAE, Edward. CARNEIRO, Henrique. Drogas e cultura: novas perspectivas. Edufba, Salvador. 2008. P.105

percebe-se ai um interesse de mercado, pois como sabemos o mercado de bebidas alcoólicas e de tabaco é muito lucrativo.

Percebe-se também que o estado procura intervir nas políticas de “drogas”, utilizando-se de algumas atribuições como, regularização de acordo com a legislação e a fiscalização de acordo com as normas penais. Essas atribuições segundo os autores acima foram orientadas através dos princípios do International Narcotics Control Board, no qual é fruto da Conversão da ONU de 1971. Esses princípios deixaram de lado as especificidades culturais das nações latino-americanas, como por exemplo, as tradições culturais dos povos indígenas e dos afro-descendentes.

Para estudar como se deu este proibicionismo aqui no Brasil, foi escolhida a autora Maria Lucia Karam juíza de direito aposentada do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, que reconhece esse proibicionismo instaurado e procura com seus artigos bibliográficos mostrar como que o mesmo foi se formando.

Segundo a autora Maria Lucia Karam, ao analisar esse proibicionismo no Brasil nos deparamos com três leis, criadas para coibir o uso e o tráfico de “drogas” no Brasil, ambas elaboradas através da convenção citada anteriormente. A primeira lei criada foi a Lei 6.368, de 1976, que determinava que a pena mínima para aqueles crimes que eram identificados como tráfico era de três anos de reclusão, buscando fazer algumas alterações criou-se a Lei 10.409, de 2002. Com o intuito de focar mais ainda no proibicionismo e se tornar mais “rigorosa” criou-se a Lei 11.343/06 que revogou todas as outras duas citadas anteriormente.

De acordo com Maria Lucia Karam (Salvador /2008):

A Lei 11.343/06 é apenas mais uma dentre as legislações dos mais diversos países que, reproduzindo os dispositivos criminalizadores das proibicionistas convenções da ONU, conformam a globalizada intervenção do sistema penal sobre produtores, distribuidores e consumidores das selecionadas

substâncias psicoativas e matérias-primas para sua produção, que, em razão da proibição, são qualificadas de drogas ilícitas.⁸

Esta nova lei aumentava a pena mínima de três para cinco anos de reclusão, ampliou-se também as circunstâncias qualificadoras, ou seja, atos que fazem a pena mínima aumentar podendo até ser multiplicada. Esta nova lei não distingue quem produz de quem faz uso ou transporta, ela estabelece a mesma punição para todos, ou seja, ela restringe o direito individual. Ao se analisar essas leis percebe-se que as mesmas em sua criação não estavam preocupadas com as pessoas que iriam afetar, as pessoas que as criaram estavam preocupadas com a punição, ou melhor, o aumento da punição e em taxar as pessoas. A autora considera esse proibicionismo como algo inconstitucional, pois segundo a mesma a nossa constituição garante a liberdade individual, ou seja, a decisão de usar algum tipo de substância é algo pessoal, é algo privativo e segundo ela o Estado só pode intervir no ato de alguma pessoa, quando esta irá provocar algum dano à outra pessoa.

De acordo com Karam (salvador/2008):

Impor uma mesma pena a quem consuma o crime, assim efetivamente atingindo o bem jurídico, e a quem apenas inicia a execução do crime, somente colocando em perigo o bem jurídico, é algo claramente desproporcional. Mais desproporcional ainda é criminalizar simples atos preparatórios e, assim, pretender impor uma pena a quem os realiza, quando esses atos preparatórios não chegam sequer a ameaçar diretamente o bem jurídico.⁹

Ou seja, a pessoa é responsável por si mesma, e o Estado só pode intervir em seu ato ou sua ação se esses forem afetar o bem jurídico (vida) de outra pessoa, pois ao intervir em ações que não tem nenhum perigo o Estado acaba violando a liberdade individual que todas as pessoas possuem é que

⁸ KARAM, Maria Lucia. A lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. In: LABATE, Beatriz Caiuby. GOULART, Sandra. FIORE, Maurício. MACRAE, Edward. CARNEIRO, Henrique. Drogas e cultura: novas perspectivas. Edufba, Salvador. 2008. P.105

⁹ KARAM, Maria Lucia. A lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. In: LABATE, Beatriz Caiuby. GOULART, Sandra. FIORE, Maurício. MACRAE, Edward. CARNEIRO, Henrique. Drogas e cultura: novas perspectivas. Edufba, Salvador. 2008. P.108

amparada por lei. Outro exemplo de lei que não reconhece a cultura de determinada povo é a lei nº11. 343/06.

A lei nº 11.343/06 que tem como objetivo a regulamentação das políticas públicas brasileiras voltadas para o uso de “drogas” não reconhece os usos culturais de algumas substâncias psicoativas vinculadas a rituais, como por exemplo, os rituais religiosos, negando assim novamente o papel histórico que essas substâncias possuem nesses povos como também nos rituais. Por isto a autora considera que lei 11.343/06 é uma reprodutora do proibicionismo elaborado pelas convenções da ONU. “Numa frase: a atual legislação não contempla certas singularidades culturais”. (LABATE, 2008, p.10)

Para os autores Gilberto Gil e o sociólogo Juca Ferreira um passo importante neste contexto seria o replanejamento dessas políticas públicas voltadas às “drogas”, pois elas não conseguem estabelecer a diferença entre aquela pessoa que usa, ou seja, o consumo próprio, para aquela que pessoa que faz a venda, como por exemplo, o tráfico, como citado anteriormente. Um dos causadores de uma parte desses problemas são os estudos realizados, onde o que se encontra são textos e análises elaborados por pessoas no âmbito da técnica, sem considerar as abordagens sociais do tema. Segundo eles somos nós historiadores, antropólogos, sociólogos, pedagogos, dentre outros, que temos que desafiar e complementar criticamente esses discursos.

De acordo com Gilberto Gil e Juca Ferreira (salvador/2008):

As abordagens sociais tendem a ser levadas em consideração somente quando são realizadas no âmbito do crime, do tráfico, da violência urbana ou da pobreza, sendo desvalorizadas quando enfrentam diretamente a questão do uso de “drogas” e os usos culturais.¹⁰

Com isto o que se percebe é que todo esse esquema, influência diretamente nas políticas públicas, que são implantadas aqui no Brasil. De acordo com os autores:

¹⁰ GIL, Gilberto. FERREIRA, Juca. A cultura, o Estado e os diversos usos das “drogas”. In: LABATE, Beatriz Caiuby. GOULART, Sandra. FIORE, Maurício. MACRAE, Edward. CARNEIRO, Henrique. Drogas e cultura: novas perspectivas. Edufba, Salvador. 2008. P.10

A incapacidade de lidar com a complexidade do fenômeno das “drogas” e essa opção por um tratamento imaterial influencia o campo político, onde se percebe o empobrecimento das análises e a ausência dos aspectos socioculturais na concepção das políticas públicas direcionadas a elas.¹¹

Voltando a autora Maria Lucia Karam, segundo ela as reflexões sobre o tema tratado aqui deve aumentar, tem que se colocar em pauta a afirmação da liberdade que cada pessoa possui como também fazer as revelações dos danos globalmente produzidos e fomentados pelo proibicionismo. Essas reflexões sobre o tema tem que mostrar as violações aos princípios que estão presentes em todas as declarações universais de direitos, pois já ficou claro que os riscos e danos que são assemelhados a essas substâncias dadas como “ilícitas” não provem delas mesmas. Esses riscos são produzidos por esse criado proibicionismo, que além de proibir, julgar, tirar direitos, não respeita a liberdade individual, ou seja, não há espaço para o indivíduo se expressar.

O proibicionismo afeta também a saúde pública, pois segundo Maria Lucia Karam, ao proibir e ao criar-se lei para punir qualquer indivíduo que possua ligação com qualquer substância colocada como ilícita fica vedado o ato de controle de qualidade dessas substâncias. Outro fator que o proibicionismo acaba prejudicando diretamente é a medicina, pois a nossa legislação coloca inúmeros obstáculos ao uso medicinal dessas substâncias, ao fazer se isso segundo a autora aqui em questão cria-se uma necessidade de fazer-se escondido, tendo como resultado o incentivo do consumo descuidado, como também o anti-higiênico.

De acordo com a autora Maria Lucia Karam (salvador/2008):

Além de ocultar os riscos e danos à democracia, além de ocultar os riscos e danos à saúde pública, o proibicionismo oculta ainda o fato de que, com a intervenção do sistema penal sobre as condutas de produtores e distribuidores das substâncias e matérias-primas proibidas, o Estado cria e fomenta a violência. Não são as drogas que provocam

¹¹ GIL, Gilberto. FERREIRA, Juca. A cultura, o Estado e os diversos usos das “drogas”. In: LABATE, Beatriz Caiuby. GOULART, Sandra. FIORE, Maurício. MACRAE, Edward. CARNEIRO, Henrique. Drogas e cultura: novas perspectivas. Edufba, Salvador. 2008. P.10

violência. A violência só acompanha as atividades econômicas de produção e distribuição das drogas qualificadas de ilícitas porque o mercado é ilegal.¹²

Depois de todas essas informações colocadas acima afirmo que precisamos romper com essa barreira criada e sustentada pelo proibicionismo, temos que fazer uma mobilização global, em prol de um espaço para ouvir e dialogar diferentes pensamentos. Precisamos criar-se novas instituições que realmente se comprometam com a saúde pública, que respeitem o direito individual de cada ser, que se comprometam em ajudar as pessoas e não taxá-las como que vem ocorrendo em nossa sociedade. Pois de acordo com o autor Henrique Carneiro este proibicionismo afeta não só quem faz uso de alguma substância taxada como ilícita, ele também acaba afetando toda a sociedade. Procurando fomentar essa “guerra” às substâncias ilícitas criam-se vários programas com o discurso de proibir e nunca o de dialogar. Os objetivos destes programas em sua maioria é o de instaurar medo às pessoas para que estas não cheguem perto de qualquer substância nomeada e taxada como ilícita, seu alvo é atingir pessoas cada vez mais jovens, pois se tem a ideia de que estes são mais fáceis para-se “moldar”. Um dos palcos colocados para isto são as instituições escolares, onde se percebe que o Estado se aproveita do “poder” que as escolas possuem frente às famílias para poder instaurar a cultura do proibicionismo através do medo, negando assim todo o fato histórico apresentado neste trabalho.

Este será o tema do capítulo logo abaixo, onde será analisado qual o papel que as instituições escolares veem desempenhando com seus alunos em relação a esta cultura do proibicionismo.

¹² KARAM, Maria Lucia. A lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. In: LABATE, Beatriz Caiuby. GOULART, Sandra. FIORE, Maurício. MACRAE, Edward. CARNEIRO, Henrique. Drogas e cultura: novas perspectivas. Edufba, Salvador. 2008. P. 118

Capítulo 2

Ensinar não é transferir conhecimentos: uma educação para a autonomia

Este capítulo será destinado á análise dos diversos discursos que abordam a temática “droga” no campo educacional, mas primeiro será feito uma análise sobre o papel das instituições escolares e do (a) educador (a) com o (a) educando (a).

Como vimos no capítulo anterior as “drogas” já tiveram e ainda possuem participação ativa em toda a sociedade:

Primeiro argumento: a postura de guerra às drogas é irrealista. Centrar forças no sentido de construir uma sociedade sem drogas é negar as evidências históricas de que todas as sociedades humanas sempre conviveram com o uso de algum tipo de substância psicoativa.¹³

As instituições escolares sejam elas públicas ou privadas ainda insistem em trabalhar com o proibicionismo, sem espaço para o diálogo e o escutar, aspectos que são essenciais segundo Paulo Freire para que ocorra o aprendizado. Segundo Freire, quem tem o que dizer tem que desafiar quem escuta, no sentido que aquela pessoa que esta escutando responda, ou seja, o papel do (a) educador (a) não é mostrar o pronto, e sim indagar o (a) educando (a) para que ele responda de volta para que possam juntos construir um diálogo, e é com base nestes aspectos que este trabalho foi elaborado.

O (a) educador (a) de acordo com Paulo Freire precisa instigar a capacidade de crítica do educando, sua curiosidade, ou seja, ao falar sobre as “drogas” o professor (a) não pode colocar só o seu ponto de vista sobre o assunto, ele precisa instigar os(as) educandos a debaterem sobre o tema e a pesquisarem ainda mais sobre o mesmo. Como coloca Freire em sua obra “Pedagogia da autonomia”, ensinar não é transferir conhecimentos ou conteúdos, seja qual for o tema em questão, ensinar vai, além disto, ensinar vai além de mostrar quais são as substâncias que possuem nas “drogas”, por

¹³ CARLINI-COTRIM, Beatriz. Drogas na escola: prevenção, tolerância e pluralidade. In: AQUINO, J. G. (Org.). Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. P.23

exemplo. De acordo com Paulo Freire, só existe o ensino, quando este tem como resultado o aprendizado em que o (a) educando (a) se tornou capaz de refazer o ensinado, ou seja, o indivíduo precisa desenvolver e exercitar sua autonomia.

Segundo Acselrad (Rio de Janeiro/2013):

A proposta de educação para autonomia aplicada às drogas é uma pedagogia dialógica, provocante, desafiadora. Fazendo a crítica do real, buscando identidade com a prática, num estudo rigoroso, comprometido com a transformação da realidade, buscando uma sistematização coletiva promove a crítica aos mitos e as meias verdades.¹⁴

Ao abordar a temática “drogas” o (a) professor (a) precisa pesquisar sobre o tema e ver os diferentes pensamentos existentes sobre a temática, e a partir disto trazer para os (as) educandos (as) estes como forma de alimentar a curiosidades dos mesmos para que também pesquisem sobre o assunto exercendo sua autonomia, para que possam estabelecer seus pensamentos. De acordo com Freire é através dos pensamentos e questionamentos dos (as) educandos (as) que o (a) educador (a) dialoga em sala em consonância com os conteúdos que serão trabalhados na escola durante o ano, como por exemplo, o tema deste trabalho, “drogas”.

Entende-se também que é dever das instituições escolares como também de todos os seus profissionais respeitar os saberes socialmente construídos pelos (a) educandos (as), e é com base nestes saberes que as escolas e os (as) educadores (as) devem partir suas discussões. Como coloca Paulo Freire em sua obra “Pedagogia da autonomia” precisamos de escolas que sejam abertas a todos, escolas que não sejam só prédios, precisamos de uma escola que reconheça que todos e todas que ali estão são diferentes e respeitem esses diferentes sujeitos.

¹⁴ ACSELRAD, Gilberta. Drogas na educação para a Autonomia como garantia de Direitos, Revista da EMERJ, V.16, n. 63 (Edição Especial), p. 96 - 104, out. - dez. 2013. P.104

2.1 Instituições escolares X “Drogas”: perspectivas de pensamentos

De acordo com a autora Beatriz Carlini Cotrim ¹⁵ em seu texto “Drogas na escola: prevenção, tolerância e pluralidade”, no começo as escolas e a mídia não eram utilizadas como locais de atuação de movimentos contra o uso de “drogas” sejam elas quais forem.

Para demonstrar isto a autora cita alguns exemplos, como a perseguição ao ópio em 1870, que segundo ela aconteceu por causa dos interesses de poucos. Alguns historiadores defendem que essa perseguição teve como objetivo o afastamento dos imigrantes chineses, que estavam disponíveis em abundância como mão de obra barata no qual eram concorrentes dos trabalhadores brancos. De acordo com esses estudiosos as leis anti-ópio deste período teriam como objetivo a repressão e o controle de uma minoria que antes era útil, mas naquele momento indesejável.

Outro caso que Cotrim analisa em seu texto, é a campanha de cocaína e a primeira lei que foi criada em 1914 com o nome de Harrison ACT, que teve como objetivo coibir o uso da mesma. De acordo a autora o objetivo desta lei era a repressão aos negros norte americanos. Segundo ela essa associação entre negros e cocaína foi elaborada através de campanhas conduzidas pelos políticos sulistas, que falavam para toda a população “que homens negros, sobre o efeito da cocaína, tendiam a estuprar mulheres brancas”.

Como pode se notar nos dois exemplos na maioria das vezes as “drogas” são associadas à população mais pobre, o objetivo disto é fingir que só estes faziam ou fazem o uso destas substâncias para marginalizá-los. Como vimos no primeiro capítulo as “drogas” já fizeram e fazem parte de toda a sociedade, e em muitos momentos da história as mesmas foram usadas como algo para mostrar poder e dinheiro, ou seja, um fetiche.

De acordo com Beatriz Carlini Cotrim, essa preocupação e taxaço com a maconha, com o crack e a cocaína no Brasil se da hoje em grande parte por causa da mídia, onde a mesma tem como objetivo a ampliação dos problemas causados por estas substâncias. As “drogas” hoje, sendo as ilícitas em sua

¹⁵ Doutora em Psicologia Social pela PUC- São Paulo. E autora de diversos artigos sobre drogas, publicados em periódicos nacionais e em revistas internacionais.

maioria são nomeadas como sendo as responsáveis e a causa das violências nas cidades, como também da separação das famílias, e são estes discursos que são levados para dentro das escolas, para dentro das salas de aulas. Um lugar onde deveria haver a construção de um conhecimento através da autonomia e opiniões de todos(as), reprime quem pensa diferente e estabelece padrões de comportamentos e pensamentos.

Segundo Beatriz Carlini Cotrim (São Paulo/1998):

... a guerra às drogas fere princípios éticos e direitos civis. Trabalhar no sentido de erradicar todas as formas de uso de drogas é ditar normas de comportamento e controlar os indivíduos e grupos sociais ...¹⁶

Este é o objetivo do estado, controlar o uso das “drogas” ilícitas, por meio da repressão a qualquer indivíduo que utilize estas substâncias. Pensando em não ser declarado como sendo o que fere os direitos individuais o Estado coloca qualquer pessoa que faz o uso destas “drogas” como sendo pessoas doentes e que está agindo para ajuda-lás. Para impor e compartilhar seus ideários ele utiliza-se da mídia e das escolas, como foi citado anteriormente.

Ao concluir seu pensamento autora Cotrim coloca que:

... os caminhos para se chegar ao objetivo de diminuir os riscos aos usos de drogas são bens distintos dos recomendados pelos defensores de um mundo livre das drogas.¹⁷

Mesmo percebendo e sabendo do pensamento acima, algumas instituições escolares e educadores continuam insistindo nas ideias de repressão e julgamento através de métodos proibicionistas. Aos pesquisar artigos e livros que abordam a temática “droga” no contexto educacional, nota-se que em sua maioria procuram adotar o modelo proibicionista através do “diga não as drogas”, todos pautados na prevenção sem o diálogo, não procuram adotar

¹⁶ CARLINI-COTRIM, Beatriz. Drogas na escola: prevenção, tolerância e pluralidade. In: AQUINO, J. G. (Org.). Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. P. 6

¹⁷ Idem, ibidem, P. 7

meios que auxiliem esses educandos que fazem o uso destas substâncias. Uma das formas encontradas para este auxílio, mas que não é abordado pelas instituições escolares é a redução de danos. Segundo estudos, a redução de danos surge com a intenção de auxiliar as pessoas que fazem qualquer tipo de uso destas “drogas”. Seu objetivo é o de melhorar o bem estar-físico e social das pessoas que fazem destas.

2.2 O proibicionismo dentro das instituições escolares

Segundo a autora Gilberta Acslrad mestre em educação, essa perspectiva do proibicionismo acaba refletindo nas escolas e na atuação das mesmas com seus educandos. Acompanhando o modelo norte americano de “guerra” as substâncias ilícitas, as escolas no Brasil veem predominantemente trabalhando com a pedagogia do medo, ou seja, não há ali uma sensibilização embasada no diálogo. As instituições tem preferido abordar as imagens e contos que coloquem medo aos (as) educandos (as) do que dialogar com os mesmos.

As instituições escolares tanto as públicas como as privadas procuram abordar o assunto “drogas” através de palestras, que em sua maioria são ministradas por psicólogos, que promovem seus diálogos com base apenas no lado técnico do tema, deixando de lado todo aquele contexto cultural e social apresentado no capítulo anterior. Esses palestrantes procuram abordar o tema através dos “malefícios” que o uso destas substâncias traz aos organismos segundo os cientistas, desconsiderando as outras áreas que também abordam o tema, como a educação, a história, a filosofia e a sociologia, dentre outros.

Segundo a autora Beatriz Carlini Cotrim em seu texto “Drogas na escola: prevenção, tolerância e pluralidade”, essa preocupação com o tema do abuso de drogas cria nas escolas um palco para as ações consideradas preventivas, mas quando na verdade são improvisadas e acríticas. De acordo com os processos históricos a autora Beatriz conclui que, os movimentos contra as “drogas” não pode ser explicados olhando apenas o impacto que as mesmas geram a saúde, ou seja, tem que levar em conta também seu lado cultural.

Para Cotrim, muitas pessoas têm como o objetivo afastar indivíduos das “drogas”, principalmente as ilícitas que são as mais atacadas pelo Estado, sem saber nem o porquê a pessoa faz aquele determinado uso, mas ao fazerem isso essas pessoas acabam contribuindo inconscientemente para o fortalecimento de interesses políticos com os quais os mesmos não compactuam.

O objetivo central de todo este aparato organizado pelo Estado de acordo com as autoras aqui mencionadas é inculcar o medo nas crianças, adolescentes e adultos, para que estes nunca cheguem perto destas substâncias taxadas como ilícitas centrando suas atenções apenas nas substâncias lícitas, desconsiderando que também são “drogas”.

Essa é uma característica marcante das escolas atuais de acordo com a autora Gilberta Acslarad. As instituições escolares segundo ela tende muito a falar sobre as substâncias taxadas como sendo ilícitas, como a maconha, o crack, dentre outros, mas acaba deixando de lado aquelas substâncias que também são “drogas” e que possuem um índice maior de uso dentro dos grupos dos jovens, mas que por causa do interesse de alguns não foram taxadas como ilícitas como, o álcool e o tabaco. Observa-se aí que há uma seleção tanto do Estado como também por parte das escolas de qual tipo de “droga” abordar dentro das instituições, seleção esta que não leva em conta os dados das pesquisas sobre “drogas” no país. O objetivo de todo este aparato é o fortalecimento das indústrias destinadas ao álcool, ao tabaco, que são entendidas como sendo “drogas lícitas”.

De acordo com a autora aqui em questão as instituições escolares e todas as pessoas que as compõem não estão preparadas pra lidar com o tema aqui em questão, uma prova disto é que quando a escola percebe que seu educando (a) está fazendo o uso de alguma substância ilícita os (as) professores (as) juntamente com os integrantes da instituição passam a enxergar aquele (a) educando (a) com um olhar de taxação. O amor e o respeito que antes haviam por aquela criança, adolescente dá lugar para o olhar desconfiado, os mesmos passam a serem evitados pela escola, e a partir daí as instituições escolares passam a enxergá-los como elementos perigosos

e que precisam de “tratamento” para voltar a ser aquele padrão de seres humanos que é criado pelo Estado e imposto à sociedade.

2.3 Educação voltada para as “drogas” com base na autonomia

Como já foi colocada aqui a autora Gilberta Acselrad¹⁸, procura, por meio de seus estudos analisar o uso de “drogas” nas instituições escolares. De acordo com seu artigo “Drogas na educação para a Autonomia como garantia de Direitos”, nós brasileiros não precisamos de uma prevenção sobre as “drogas”, seja ela qual for, nós precisamos é de uma educação sobre e voltada para as mesmas, e essa educação segundo ela deve ser voltada para a autonomia do ser, de pensar e agir. De acordo com ela o objetivo de uma educação sobre as “drogas” voltada para autonomia é a recuperação da memória, de usos do passado como também no presente, no qual ocorra o prazer sem o dano. Para mostrar isto à autora cita alguns exemplos em seu artigo, como: o mascavo da folha de coca pelos povos andeiros e o uso de cocaína como forma de curar a dor de dentes nos EUA no século XIX.

De acordo com a autora Acselrad (2013):

Recuperar a memória sobre esses usos e costumes fortalece a autonomia, no sentido de melhor conhecer o mundo e tentar reconstruí-lo de forma generosa e solidaria.¹⁹

A autora procura fortalecer a autonomia que todos nós temos, pois de acordo com ela é com base na autonomia que possuímos que devemos tomar todas as nossas decisões e ir contra os discursos já prontos.

Segundo Acselrad (2013):

A construção dos discursos que envolvem o poder, tais como o discurso sobre a política, à sexualidade e as drogas passa por algumas injunções. Elaborar uma fala própria gera angústia,

¹⁸ Mestra em Letras pela Faculdade de Paris VII, França (1975) e mestra em Educação pelo IESAE/FGV (1990). Possui experiência na área de Drogas, Educação para a Autonomia, Direitos Humanos, Políticas Públicas.

¹⁹ ACSELRAD, Gilberta. Drogas na educação para a Autonomia como garantia de Direitos, Revista da EMERJ, V.16, n. 63 (Edição Especial), p. 96 - 104, out. - dez. 2013.p.102

duvidas naturais a todo começo e o sujeito tem o desejo de incorporar um discurso já pronto.²⁰

A autora chega à conclusão guiada pela compreensão acerca da necessidade de uma educação para autonomia, que as “drogas” de fato dão prazer se não ninguém iria fazer o seu uso, mas o Estado não reconhece isto e continua produzindo falas que colocam as “drogas” principalmente as ilícitas como sendo o mal da sociedade e que qualquer tipo de uso gera dependência. Ao contrário do Estado, a educação para autonomia propõe uma convivência com as “drogas” de uma forma consciente, indo contra o proibicionismo e contra o aceitar o pronto. “A educação para a autonomia aplicada às drogas restaura a possibilidade de pensar e construir um fala original”(ACSELRAD, 2013, p.102).

A autora Acselrad coloca que ao analisar os estudos que procuram coletar dados sobre o uso de “drogas” na sociedade, como é o caso da pesquisa realizada pela CEBRID, percebe-se que o maior percentual de consumo pertence às bebidas alcoólicas e ao tabaco, ou seja, o uso daquelas “drogas” que são permitidas pelo Estado e por lei que são chamadas de licitas é maior que o uso das “drogas” taxadas pelo Estado como sendo ilícitas. Acselrad analisa ainda diversos programas voltados para as “drogas” dentro dos institutos educacionais, dentre estes essa ressalta o PROERD que é fruto de uma inspiração norte americana. O objetivo deste programa de acordo com a autora é a “prevenção” às “drogas”, para isto ele desloca policiais militares para ir até as escolas públicas brasileiras para abordar a temática “droga”, mas, na maioria das vezes o programa acaba adotando um discurso proibicionista. Para Gilberta Acselra são programas como o citado acima que desfaz as ações do programa de redução de Danos.

Vivemos em uma sociedade onde se tem padrões estabelecidos e quando se procura ir fora do mesmo você é taxado e excluído, ou seja, não se tem uma abertura para que você exerça sua autonomia, seja ela de se vestir, de se expressar, dentre outros. O discurso de exclusão e de taxaço caminha

²⁰ ACSELRAD, Gilberta. Drogas na educação para a Autonomia como garantia de Direitos, Revista da EMERJ, V.16, n. 63 (Edição Especial), p. 96 - 104, out. - dez. 2013.p.102

juntamente com o proibicionismo, ou seja, o Estado juntamente com a sociedade caminham juntos neste aspecto. Ele procura taxar substâncias e proibir a que ele acha necessário, vendo que mesmo com a proibição ainda possuem pessoas fazendo o uso daquela substância ele começa a usar seus órgãos públicos, como as escolas, os hospitais, para fazerem campanha e inculcar o medo nas pessoas para que as mesmas não usem aquela substância, pois ela foi taxada segundo a vontade do Estado como sendo ilícita. Vendo que mesmo assim ainda possuem pessoas fazendo o uso daquela substância ele já passa a reprimir com mais intensidade através da exclusão, e para isso ele usa novamente toda a sociedade.

2.4 Mudança na atuação do (a) educador (a) e do (a) educando (a)

A educação para a autonomia faz com que os papéis do (a) educador (a) e do (a) educando (a) sejam redefinidos e transformados. Através de uma educação para a autonomia, o (a) educador (a) supera a imagem que por muito tempo foi direcionada a ele (a), que era o de vigiar e o de punir, e passa a ser entendido como um suporte para o (a) educando (a). Como colocado aqui à imagem do (a) educador (a) por muito tempo foi associado (a) como o (a) controlador (a) do (a) educando (a), e como sendo o (a) único (a) detentor (a) do saber, agora sua função é o de coadjuvante, ou seja, um auxiliar. Está mudança esta também associada em partes aos meios de comunicação, pois agora os (as) educandos (as) não tem mais só o professor (a) para procurar o saber, agora ele (a) possui outros meios, como por exemplo, a internet.

Como foi dito anteriormente o papel do (a) educando (a) também sofre mudanças ao ser colocada em prática a pedagogia da autonomia. O (a) mesmo (a) é instigado (a) a pensar e é a partir do seu pensamento que irá construir suas falas, ou seja, na educação para autonomia não há lugar para a reprodução do pronto e aceitação do mesmo, há lugar para a construção do novo.

Ao analisar também as instituições escolares, percebe-se que as mesmas em teoria possuem um discurso de ser para todos (as), mas apesar desse discurso “democrático” nota-se que a mesma é fundamentada em um ensino burguês.

De acordo com a autora Albuquerque (2010)²¹, mesmo as instituições escolares abrindo suas portas para toda a sociedade sua atuação ainda permanece a mesma. A escola aqui citada coloca aquele (a) educando (a) que sai dos seus parâmetros de “disciplina”, como sendo o diferente, e a partir disto o (a) mesmo (a) é excluído (a).

Percebe-se que neste sistema de ensino comum que os (as) educandos (as) são treinados (as) para o mercado de trabalho, cujo treinamento recebido tanto no ensino básico como também no superior é produzir tudo que lhe é ordenado. Este método não aceita e não leva em conta a vontade do (a) educando (a), como também seu saber, suas falas. A educação para a autonomia procura desconstruir essas práticas e abre espaço para que os próprios educadores (as) e educandos (as) construam seus métodos e seus saberes. De acordo com a autora Circe Maria Fernandes Bittencourt (2004)²², antes o (a) educador (a) possuía só o quadro de giz e o material didático fornecido pelas instituições escolares, hoje o (a) mesmo (a) possui diversos recursos, como por exemplo, a internet, música, filmes e data show, que podem ser utilizados em sala de aula para auxiliar nas discussões.

2.5 Analisando o papel da mídia

Um fator importante que deve ser estudado mais profundamente por aqueles que abordam a temática, é o papel que a mídia desenvolve na sociedade ao abordar temática “droga”, visto que muitas pessoas utilizam a televisão e a internet como meios de obterem informação. Ao se analisar os comerciais que aparecem na televisão e na internet cujo tema é “droga”, consegue se estabelecer duas divisões, de um lado as “drogas lícitas” e de

²¹ Possui mestrado em História pela Universidade Federal da Bahia (1997), doutora em História Social da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas (2004) e realizou pós-doutorado, na modalidade Estágio Sênior, no Latin American Studies/ Harvard University (2015-2016). Atualmente, ela coordena o Programa de Pós Graduação em História (UFB).

²² Possui graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP (1967), pós-graduação em Metodologia e Teoria de História pela faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP (1969), mestrado em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP (1988) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1993). Atualmente é professora da pós-graduação da Faculdade de Educação USP.

outro as “drogas ilícitas”. Em sua maioria as propagandas sobre as “drogas lícitas” são direcionadas às cervejas, cujos comerciais sempre apresentam homens felizes por estarem saboreando esses produtos, sempre rodeados por mulheres consideradas bonitas por se enquadrarem no padrão de beleza estabelecido pela sociedade. O objetivo destes comerciais além de fazer propaganda da marca, é mostrar que quem faz seu uso ficará igual às pessoas que participaram daquele comercial. Enquanto isso as propagandas direcionadas as “drogas ilícitas” sempre as colocam como o mal de toda a sociedade, colocam-nas como sendo as responsáveis por todos os crimes, por todos os acidentes.

A propaganda sobre “drogas ilícitas”, ao contrário das chamadas lícitas, , colocam seus usuários como sendo pessoas que não se deram bem na vida, pessoas que em sua maioria moram na rua, que destruíram tudo por causa do seu uso. Ou seja, ao observar as duas propagandas nota-se uma generalização onde uma procura mostrar tudo positivo e outra tudo negativo, não dando espaços para as experiências diferentes das que estão sendo mostradas ali.

Observa-se que há todo um status construído principalmente em volta do uso do álcool, onde aquelas pessoas que fazem o seu uso são consideradas legais, enquanto que aqueles que optaram por não consumir são rotulados como cafonas, atrasados, enquanto que aquelas que também optam por utilizar outras substâncias como as “drogas ilícitas” são colocadas como “drogadas”. Nota-se ai que o Estado e a indústria impõem padrões para toda a sociedade, utilizando-se de diversos meios para isso, como as instituições escolares e a mídia, dentre outros, e se você escolher por não segui-los ira ser tachado e excluído da sociedade.

Capítulo 3

Análise da Escola Estadual do Parque São Jorge

O principal objetivo colocado para este estudo foi analisar as representações das “drogas” nos discursos dos (as) educadores (as) e dos (as) educandos (as), objetivando assim entender qual o pensamento que os (as) mesmos (as) possuem sobre estas substâncias, para que através deste diálogo entre os discursos e análises destes agentes citados possa ser analisado o discurso empregado em relação ao proibicionismo como também a legalização. Para isto foi escolhida a Escola Estadual do Parque São Jorge, como local de pesquisa e observação. A mesma se localiza na cidade de Uberlândia-MG no bairro Parque São Jorge V, e oferece à população as seguintes modalidades de ensino: ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA). A escola escolhida para pesquisa se localiza em um bairro considerado de periferia e recebe vários questionamentos em relação ao uso de “drogas” e a “violência” em sua volta, por isso de sua escolha. Enquanto a modalidade ensino escolhida para a pesquisa, optou-se pela educação de Jovens e Adultos (EJA), pois por desta modalidade iria conseguir dialogar com adolescentes e adultos, contemplando assim as experiências de público de diferentes idades atendido pela instituição.

O estudo foi elaborado por meio de duas etapas: a primeira estava direcionada ao diálogo, ao conhecer, não só os (as) educandos (as), mas também suas histórias de vida e suas experiências em relação ao tema deste estudo. Para isso optei por começar meu trabalho com as observações em sala de aula, e a partir disto procurei “quebrar o gelo” através do estabelecimento de vínculo com os (as) educandos (as). A segunda etapa deste estudo foi a aplicação de questionários, que foram elaborados com base nos diálogos realizados nas salas de aulas e nos recreios, objetivando coletar dados para dar embasamento a esta pesquisa. Em ambas as etapas, procurei conversar com educandos (as), com educadores (as), como também todos (as) os (as) funcionários (as) da escola, objetivando analisar os discursos de todos que faziam parte da instituição escolar.

Através deste contato com os (as) educandos (as) estabelecido pela primeira etapa deste estudo, procurei também dialogar com a população que mora perto da escola, procurando saber qual o pensamento que mesmos possuíam sobre a instituição e sobre a temática “droga”. Com o intuito de possibilitar o alcance dos objetivos propostos nesse estudo, esse capítulo apresenta os dados obtidos na pesquisa, expondo-os em uma sequência lógica, como visto a seguir.

3.1 Diálogos com os (as) educandos (as)

Como colocado acima, o ponto de partida estabelecido por esta pesquisa foi fazer as observações nas salas de aula, com objetivo de formar vínculos com os (as) educandos (as) para poder dar seguimento nas demais etapas deste estudo. Por meio das observações e conversas com os (as) mesmos, notei que há diversos preconceitos em relação à instituição escolar e com os que frequentam a mesma, preconceitos estes que, de acordo com os estudantes, ultrapassam os muros da escola. Muitos (as) educandos (as) relataram que a escola possui o apelido de “cadeão” e este é reconhecido por todas as outras escolas. Este apelido foi colocado com objetivo de falar que todos e todas que ali estudam são presos, são marginais, devido ao bairro que a mesma se localiza. Além disto, este apelido está ligado também à estrutura que o prédio da escola possuía e ainda possui, onde se consegue observar janelas com grades, câmeras, muros altos, portas com várias trancas, dentre outros itens que se assemelham a uma penitenciária.

Observa-se se aí que há um preconceito em relação à escola e as pessoas que a frequentam, tendo como objetivo macular a imagem dos mesmos. Os (as) educandos (as) relataram que se sentem mal por isso, e que se tivessem condições financeiras e tempo iriam estudar no centro, pois pensam que o estudo lá é melhor. Nota-se que ainda se encontra presente nas escolas o fetiche de lugar, onde as escolas localizadas no centro ou em bairro mais rico são colocadas como sendo boas, sem olhar sua pedagogia e sua atuação.

Muitos relataram também que só vão á escola, porque estão sendo obrigados pela família, ou pelos (as) namorados (as), outros relataram que vão para encontrar os amigos e colegas, mas todos colocaram que não se sentem bem ali, pois de acordo com eles a escola e os (as) educadores (as) não os reconhecem e não respeitam suas escolhas de vida. Ao mencionarem isto perguntei a estes quais eram essas escolhas, eles (as) relataram que muitos ali fazem o uso de alguma “droga”, mas que não fazem nenhum mal, mas mesmo assim a escola e os professores continuam insistindo em não ver isso e continuam falando que não se pode usar e quem usa deve procurar tratamento. “Tratamento para que? Não estou doente”, disse um educando da escola, ao conversar sobre o tema.

Ao conversar com os (as) educandos (as) nota-se que eles (as) tem muitas coisas para falar parece que muitos (as) ali estavam falando aquilo que já estava querendo falar por muito tempo, pois todos (as) se queixaram que a escola não os escuta, não procura saber suas opiniões.

Sei que se fizer esta mesma pesquisa em outras escolas ira ser constatado relatos bem parecidos com estes apresentados, pois foi esta a motivação deste trabalho, ouvir a voz dos(as) educandos(as), reconhecer seu protagonismo na história, pois através de minhas experiências no tempo de escola e observações nos estágios da faculdade, observei que, em sua maioria as instituições escolares colocam os educandos (as) como seres passivos, seres que estão ali apenas para receber algo e nunca para dar ou ensinar algo. O objetivo deste estudo é mostrar que o aprendizado embasado na escuta, e nunca no dialogo não funciona, já está ultrapassado, os (as) educandos (as) devem ser reconhecidos como sujeitos ativos das escolas, sem eles (as) não a o ensino e o aprendizado. Como vai ser mostrado neste capítulo, todos já viram palestras sobre “drogas” nas escolas que já frequentaram, mas em nenhuma delas a instituição e os (as) educadores (as) deram abertura para eles (as) poderem se expressar, expor suas opiniões, ou seja, o saber do (a) educando (a) não é levado em conta, não é respeitado.

Conclui-se então com as observações nas salas de aula, que a instituição segue e reproduz o modelo “padrão” de escola e ensino colocado pelo Estado, onde não há espaço para escutar o outro e encontra-se apenas

exposição de conteúdos, seja ele qual for. Ao fazer apenas a exposição, à instituição como também os (as) educadores (as) acabam negando o direito de questionamento e de respostas que os (as) educandos (as) possuem. O objetivo aqui não é manchar a imagem da instituição, e sim mostrar a todos (as) os (as) leitores (as) deste trabalho, principalmente aqueles (as) ligados (as) a educação, que este tipo de pensamento não leva ao aprendizado, nem tão pouco ao crescimento dos (as) educandos (as). Esse tipo de ensino só faz com as pessoas se tornem meros reprodutores do que já está pronto, e que aceitem isto sem qualquer tipo de questionamento. E o objetivo da escola como sabemos é preparar os (as) educandos (as) pra que eles (as) possam formular seus próprios pensamentos embasados no respeito ao próximo, como também a si próprio.

A maioria dos (as) educandos (as) relataram também que só fazem o uso destas substâncias para não serem excluídos pelos demais colegas e nem serem taxados como sem graça. O artigo, “Análise do uso de Drogas nas escolas públicas: como os amigos influenciam no contato e disseminação das drogas” busca discutir as influências das amizades no uso de drogas lícitas e ilícitas no ambiente escolar. Segundo os autores Leonor Dias Paini, Hugo Santana Casteletto, Gustavo Fonseca, a adolescência se torna o ambiente ideal para o primeiro contato com as drogas, pois de acordo com eles nesta fase o adolescente esta em busca de sua identidade própria e com isto o mesmo acaba sendo alvo de varias influências e interferências ao construí-la, Segundo estudos a adolescência é uma fase onde ocorre com o individuo diversas transformações, uma destas é o afastamento da família em busca de grupos que se identifiquem mais. Na maioria das vezes estes grupos buscam um objetivo comum entre eles, algo que os podem identificar, algo que os identifiquem como sendo só deles. Os estudos indicam se este grupo for suscetível a bebidas, ao uso de drogas isso pode ocorrer com mais frequência do que aqueles grupos que evitam este tipo de praticas. Após perceber este fato procurei conversar com os (as) educandos (as) o porquê então não parar de usar e procurar amigos (as) que não fazem este tipo de uso, segundo eles (as) não tem como fugir, pois em todos os lugares eles (as) são confrontados a usar principalmente as drogas lícitas, como o álcool.

3.2 Conversas com os (as) moradores (as) do bairro Parque São Jorge V

A partir dos relatos de preconceito dos (as) educandos (as) procurei conversar com as pessoas que moram perto da escola e que utilizavam a instituição, seja para si, ou para filho (a), neto (a), dentre outros, procurando notar se estes também se sentiam assim.

Ao dialogar com os (as) moradores (as) do bairro Parque São Jorge V, que ficavam em volta da escola no horário de entrada e saída dos (as) educandos (as) muitas relatavam que os profissionais que trabalham na instituição são pessoas dedicadas e que procuravam ajudar a população do bairro, mas que não davam conta, pois o “bairro era muito difícil” (palavras ditas por vários responsáveis pelos (as) educandos (as)). A partir desta fala comecei a indaga-los sobre o dia a dia do bairro. Segundo eles (as), o bairro sofre com a violência e com as “drogas”, mas que apesar disto é um bairro bom para morar e criar suas famílias. Perguntei se eles achavam que as “drogas” eram responsáveis pela violência no bairro, a maioria colocou que sim, pois como passa na televisão que as “drogas” são um perigo para todos, e quem faz seu uso vira bandido. Através destes discursos, notei que todos que tiveram a opinião acima, não possuem um discurso próprio em relação ao tema, eles (as) só reproduzem o que a mídia coloca para eles (as), ou reproduzem a educação que lhes foi dada.

Muitos responsáveis dos (as) educandos (as) também relatavam que se pudessem colocaria seus filhos (as) para estudarem no centro, pois de acordo com eles (as) lá o ensino é melhor. Ao questionar o porquê eles (as) achavam isto, muitos não tinham respostas, outros colocavam que era por causa do espaço geográfico que a escola estava localizada, ou seja, o centro, em nenhum momento foi apontado alguma prática educativa diferente.

Através destas conversas consegui notar diferentes discursos, como, por exemplo, conversei com moradores que segundo eles só estão ali porque não possuem renda suficiente para sair, outros pelo contrario, relatam que não querem sair dali, visto que foram criados (as) naquele espaço, e que apesar do perigo do bairro, por causa da grande quantidade de roubos e drogas o considera um bairro muito bom, pois o mesmo possui uma estrutura muito boa,

como pro exemplo, supermercados, posto de combustível, posto de saúde, dentre outros.

3.3 Diálogo com os (as) educadores (as)

Ao conversar com os (as) educadores (as) da escola aqui em questão, em sua maioria relatam problemas com a família dos (as) educandos (as), pois segundos eles (as) hoje a escola não conta mais com o apoio destes e isso acaba dificultando tanto o aprendizado dos (as) educandos, como também seu trabalho na sala de aula. Entendo que família ocupa um papel importante no aprendizado das crianças, mas ela por si só não deve ser entendida como único meio de desenvolver na criança o aprendizado, cabe à escola também ocupar essa parte. A partir desta questão procurei discutir qual seria o “papel” da família com a escola, e da escola com os (as) educandos (as), e cheguei a seguinte discussão.

De acordo com as autoras Leonice Matilde Richter, Maria Simone Ferraz Pereira e Olenir Maria Mendes em seu texto “A potencialidade da avaliação includente em um contexto marcado pela lógica da exclusão social”, a escola não esta afastada, e nem fechada do seu entorno, “ela é direcionada, influenciada e modelada pelas relações sociais”.²³ Quando se analisa as instituições escolares percebe-se que a mesma é influenciada diretamente pelos seus educandos (as) e pelas famílias dos (as) mesmos (as), ou seja, toda a comunidade, essas relações devem ser entendidas como um marco para que a educação de fato possa ocorrer.

Ao analisar a relação entre família e escola, consegue-se perceber que ambas são fundamentais para que ocorram o desenvolvimento das crianças, através das suas atuações no emocional, no intelecto e no social, seja coibindo atos ou pelo contrário propulsando atos. A escola é a responsável pela

²³ RICHTER, Leonice Matilde. PEREIRA, Maria Simone Ferraz. MENDES, Olenir Maria. A potencialidade da avaliação includente em um contexto marcado pela lógica da exclusão social (Educação popular em tempos de inclusão: pesquisa e intervenção/ Benerval Pinheiro Santos, Gercina Santana Novais, Lázara Cristina da Silva (organizadores), Uberlândia: EDUFU.2011 Pág. 272)

apreensão de conhecimentos, sempre preocupando com o ensino e com a aprendizagem que ali esta ocorrendo. A família fica com o objetivo de fomentar a socialização daquele individuo, como também o fornecimento de condições que, por mais que sejam precárias, devem garantir o desenvolvimento daquelas pessoas pertencentes à família.

As instituições escolares também provocam nas crianças o desenvolvimento, mas para que haja de fato esse desenvolvimento é necessário que ocorra uma interação entre esse dois “pilares”, a família e a escola. Mas ao conversar com as pessoas que moram em volta da escola e com os (as) educadores (as) ambos colocaram suas funções como sendo a de vigiar e ensinar, em nenhum momento foi citado o escutar ou o dialogo, aspectos que são importantes segundo Paulo Freire para que aconteça o aprendizado. Nota-se em relação ao tema deste trabalho, “drogas” que o meio utilizado (proibicionismo) pela escola e pela família dos mesmos para manter esses jovens e adultos longe das “drogas” não esta funcionando, visto que a maioria ali já fez algum tipo de uso ou ainda fazem dentro da própria escola. Como já mostrado por vários artigos e textos que pesquisam o tema, o proibir caminha ao contrario da educação.

Ao conversar com os (as) educadores (as) da escola, ambos se demonstraram que são contra o uso de qualquer tipo de substância, tanto as ilícitas como licitas dentro do espaço escolar, mas que apesar de possuírem esta opinião não conseguem acabar com o uso das mesmas. Relataram também que já precisaram vários (as) educandos (as) fazendo o uso dessas substâncias tanto no interior da escola como também em sua volta, mas que optaram por não fazer nada com medo de represálias. Em todas as conversas com os (as) educadores (as) ficou visível o medo em suas falas, medo não só dos educandos como também do bairro, ambos relataram que sabem que o uso dessas substâncias é um problema de saúde que todo o país sofre, mas consideram que o uso ali é exagerado, com base em outras instituições em que já trabalharam. De acordo com os (as) educadores (as) hoje a possibilidade de um adolescente ter contato com algum tipo de droga é quase cem por cento, devido à facilidade ao acesso as mesmas, esse contato não diz respeito propriamente ao uso, mas que os adolescentes ficam expostos a situações

onde os mesmos podem chegar a tal. Segundo eles (as) os usos dessas drogas acabam levando os adolescentes para as ruas, onde os mesmos provavelmente vão ter contato com algo ainda pior, fazendo com que isto se torne um vício.

Questionei aos educadores também se alguém ali já havia feito algum tipo de estudo procurando saber qual o índice de uso dessas substâncias por parte dos (as) educandos (as), eles (as) relataram que até o momento ninguém tinha tomado essa iniciativa, que suas campanhas são voltadas para a prevenção e não para estudo, pois eles já sabem que o índice de uso ali é alto, pois todos os dias eles (as) presenciam algum educando (a) da escola fazendo o uso de substâncias ilícitas. Ao abordar isto procurei mostrar aos educadores no final da pesquisa o resultado da mesma, todos (as) ficaram surpresos, e alguns ali não acreditaram nas respostas dos educandos (as), pois o resultado dos questionários mostrou que o índice maior de uso é de drogas lícitas, como o tabaco e o álcool. Os (as) educadores (as) que não concordaram relataram que os (as) educandos (as) mentiram nesta parte, pois todos os dias eles precisam vários ali fumando “algo”, que de acordo com o julgamento deles (as) seria o cigarro de maconha. Por acreditar na pesquisa e nos questionários que apliquei acredito que esses educadores possam estar confundindo cigarro com o cigarro maconha, visto que todos relataram que nunca viram de perto alguma droga ilícita, ou seja, a presente aí um pré-julgamento por parte destes (as) educadores (as).

Em relação a demais observações ficou um vazio, pois acredito que por causa do medo, os (as) educadores (as) não quiseram se pronunciar mais e demonstrar suas opiniões. E embora todos (as) os educadores (as) se reconheçam como formadores (as) de opiniões, eles (as) não se sentem habilitados suficiente para abordar a temática “drogas” com os (as) educandos (as), por causa de diversos motivos, dentre os citados, tem-se a falta de conhecimento sobre a mesma e a falta de interesse segundo eles (as) por parte dos (as) educandos, dentre outros.

A maioria dos (as) educadores (as) relataram que só abordam a temática “drogas” quando a diretora e a pedagoga da escola pede, pois, acreditam que esta medida não possui nenhum resultado nos (as) educandos (as), visto que

mesmo depois deles (as) fazerem diversas palestras e conversas sobre a temática os (as) educandos (as) continuam fazendo uso dessas substâncias.

3.4 Conclusão da análise obtida através das observações e dos diálogos

Ao analisar a escola Estadual do Parque São Jorge V, foi constatado que a maioria dos discursos sobre o uso de “drogas” que são levados pelos (as) educadores (as), e funcionários da mesma são embasados e tem como referências apenas o lado técnico citado por Júlio Simões no primeiro capítulo deste trabalho. De acordo com o autor, este lado técnico procura demonstrar apenas dados técnicos das substâncias, não relaciona as mesmas com a sociedade e seu comportamento. Foi constatado, que a escola não procurava mostrar aos seus educandos o lado cultural que essas substâncias já desempenharam e desempenham em nossa sociedade, nem tão pouco apresentavam alguma visão da legalização ou da redução de danos. Os discursos apresentados por toda a instituição não procurava ouvir o (a) educando (a) sobre qual era seu pensamento em relação às “drogas”, o que havia ali era uma exposição de pensamentos já prontos e eleitos por alguns como sendo os certos e concretos, sem espaço para opiniões e estudos diferentes do que estava sendo exposto ali.

Como foi dito no capítulo anterior, é função do (a) educador (a) que se dispõe a praticar o ensino, influenciar seus educandos (as) a sempre formularem suas próprias opiniões e nunca aceitar o pronto. O (a) educador (a) deve motivar aquele educando (a), e a sua curiosidade. Não cabe a qualquer intuição escolar impor regras como d como o educando (a) vai ou não utilizar qualquer tipo de “droga”, mas cabe à escola mostrar as diversas faces que as mesmas possuem, para que assim eles próprios possam exercer sua autonomia. Ao praticar tal ato, o (a) educador (a) é pressionado a estudar mais sobre o assunto, pois cabe a ele (a) trazer os vários pensamentos existentes sobre aquele mesmo assunto. Infelizmente como coloca a autora Acselrad , é mais fácil aceitar e lidar com o pronto do que construir o novo ou reformular o antigo. Através das conversas e das observações que fiz consegui notar que cada pessoa ali possui seu sistema de representação sobre o entendimento da

temática, e que não há ali um respeito em relação a isto. Em relação as conversas que tive com os (as) educadores (as) e as observações em sala, notei que os (as) mesmos (as) vão para a escola e suas aulas com suas representações já formuladas, e em função disto, eles (as) acabam impondo-os aos educandos. Os (as) mesmos (as) fazem isto porque consideram aptos para isso.

Ao observar a prática da instituição aqui analisada sobre o tema “droga” foi constatado que suas ações não têm como objetivo o desenvolvimento da autonomia do (a) educando (a), nem tão pouco o diálogo, sua prática como também as dos (as) educadores (as) é centrada na exposição, ou seja, a escola procura abordar qualquer tema por meio da exposição de seus pensamentos, não abrindo espaço para opiniões contrárias ou ate mesmo que complementam sua análise.

3.5 Descrição dos resultados dos questionários

Com foi colocado aqui, o objetivo deste questionário cujos resultados serão apresentados abaixo foi coletar dados para dar embasamento nas discussões deste trabalho monográfico. Para isto foram aplicados 70 questionários, distribuídos no ensino de jovens e adultos (EJA), realizado no período da noite na escola. Objetivo do uso deste instrumento foi buscar compreender o que os jovens e adultos, compreendendo assim as duas faixas etárias atendidas pela instituição escolar, pensam sobre a temática. Dos 70 questionários distribuídos nas salas de aulas, foram respondidos 61, os outros foram entregues em branco pelos (as) educandos (as). Em nenhum momento deste estudo foi pedido para que o (a) educando (a) se identificasse, permanecendo assim o anonimato das informações.

As primeiras perguntas foram direcionadas a idade, seguida do sexo, cor, raça e se sabiam a diferença entre “drogas licitas” e “drogas ilícitas”. Dos 61 questionários respondidos, 35 pertenciam a educandas, ou seja, do sexo feminino, e 26 pertenciam aos educandos, ou seja, sexo masculino, onde o mais novo possuía 14 anos de idade e o mais velho com 50 anos de idade. Apesar de haver essa diferença de idades entre o mais novo e o mais velho,

notou-se que a maioria das pessoas que responderam os questionários estavam com 17 anos de idade. Todos (as) responderam que não sabiam a diferença entre “drogas” licitas e ilícitas.

Após estas perguntas, foi questionado aos (as) educandos (as) se já haviam utilizado algum tipo de “droga”, seja licita ou ilícita, e se sim qual o tipo que foi utilizado. Para isto foi disponibilizado aos (as) educandos (as) uma tabela onde continha vários tipos de “drogas” licitas e ilícitas para serem aplicadas no questionário. Segue a tabela disponibilizada no questionário:

Álcool ()	Maconha ()	Cocaína ()
Anfetamina: Drogas sintéticas que estimulam o sistema nervoso central, conhecidas como rebite ou bola. ()	Solventes: Cola de Sapateiro (); Tinta (); Thinners (); Esmalte (); Verniz (); Cheirinho de Loló (); Lança Perfume ();	Ansiolíticos: Valium / Diazepan (); Lorazepam (); Lexotan (); Rohipnol ();
Anticolinérgico: Chá de Beladona (); Chá de Lírio (); Chá de Datura (); Chá de Trombeta (); Chá de cartucho (); Chá de Saia Branca ();	Barbitúrico: Gardenal; Tiopental; Secobarbital; Clorofórmio (); Pentobarbital;	Opiáceos: Morfina (); Heroína (); Fentanil (); Tramal (); Codeína ();
Xaropes: Codeína (); Zipeprol ();	Alucinógenos: LSD (); Ecstasy (); Chá de Cogumelo (); Haxixe (); Skank (); Chá do Santo Daime ();	Tabaco: Cigarro (); Charuto (); Cachimbo (); Narguilé (); Mascado (); Cigarro de Palha ();

Tabela 1. Tabela utilizada na questão 6 do questionário

Notou-se que ao serem questionados sobre quais drogas eles (as) já haviam experimentado, foi observado que 90% destes respondentes (as) já

havia experimentado algum tipo de “droga”, seja licita ou ilícita. A figura 1 a seguir nos mostra em percentual, as respostas que foram obtidas, mostrando que o álcool é a “droga” que os entrevistados (as) mais já experimentaram, e em seguida vem o uso do tabaco, “drogas” que são liberadas e regulamentadas pelo Estado. O objetivo aqui não é questionar se esse uso deve ou não ser proibido, e sim mostrar que as acusações que as “drogas” ilícitas são as que possuem mais usuários é falsa, que sua perseguição às mesmas é infundada.

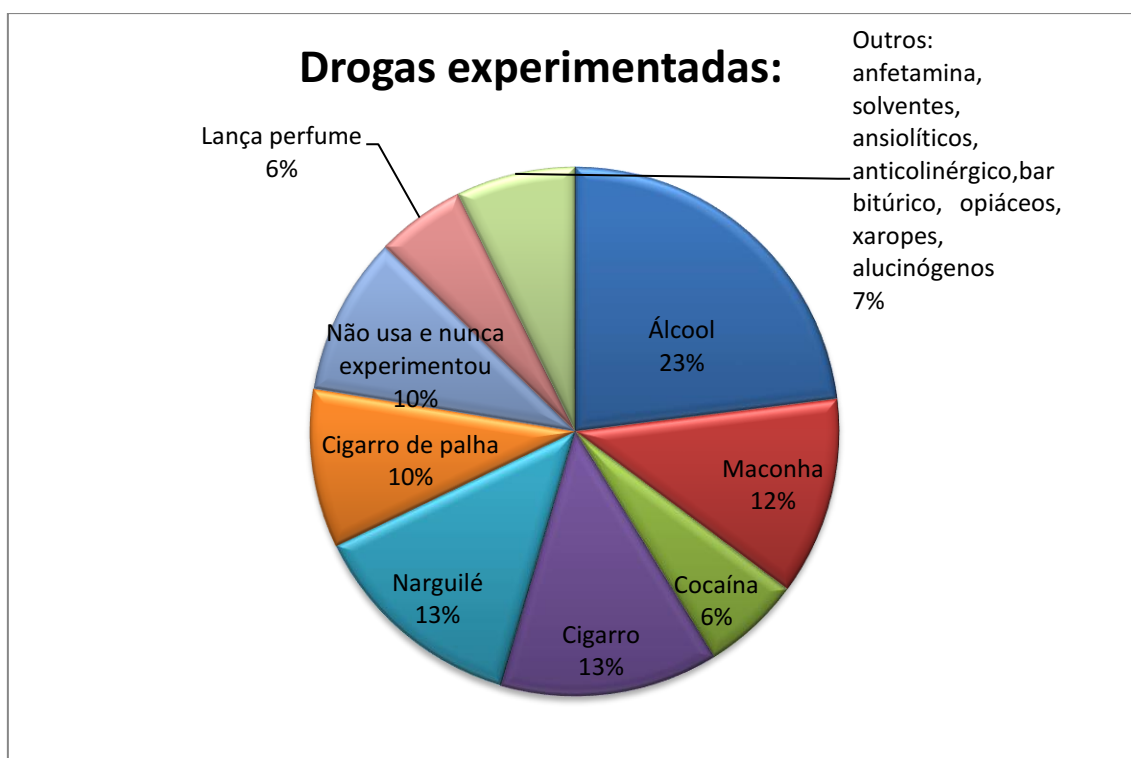


Figura 1 Drogas experimentadas pelos (as) educandos (as)

Esses dados acima nos revelam que o uso das “drogas” pelos adolescentes e adultos estão centrados nas “drogas lícitas”, ou seja, que são liberadas pelo o Estado, como o tabaco e o álcool, mas como colocado no capítulo anterior, as instituições escolares como também o Estado, continuam afirmando que o problema da população são as “drogas” ilícitas. Com base nesta pergunta foram questionados aos (as) educandos (as), quais destas substâncias os (as) mesmos (as) continuam fazendo qualquer tipo de uso, o gráfico a seguir procura mostrar estes dados. O gráfico a seguir nos mostra que 42 educandos (as) continuam fazendo o uso de alguma substância, seja ela licita ou ilícita.



Figura 2 Drogas” que os (as) educandos (as) fazem o uso

Dando sequência na entrevista, foi perguntado qual o tipo de drogas eles (as) ainda estavam fazendo uso. O interessante é que o número de entrevistados (as) que estavam usando algum tipo de droga caiu, mas mesmo assim o álcool e tabaco continuam sendo os mais usados pelos (as) educandos (as), como mostra a figura 2 construída por meio da pergunta número sete do questionário.

Dando continuidade a análise, foi questionado aos (as) educandos (as) qual o local onde os mesmos mais fazem o uso dessas “drogas”, sejam elas lícitas ou ilícitas. A figura abaixo, nos mostra que a maioria fazia ou faz o uso de “drogas” em shows e em seguida na escola, ou seja, o discurso proibicionista da escola não surtiu efeito nos jovens, e isto ocorre muito, pois os (as) educandos (as) não se sentem sensibilizados ao tema. Analisando a resposta dos questionários e levando em conta as observações em sala de aula, notou-se que os/as estudantes (as) não são indagados a pensarem sobre a mesma, eles (as) veem as palestras e demais conversas da instituição sobre as “drogas” apenas como regras.

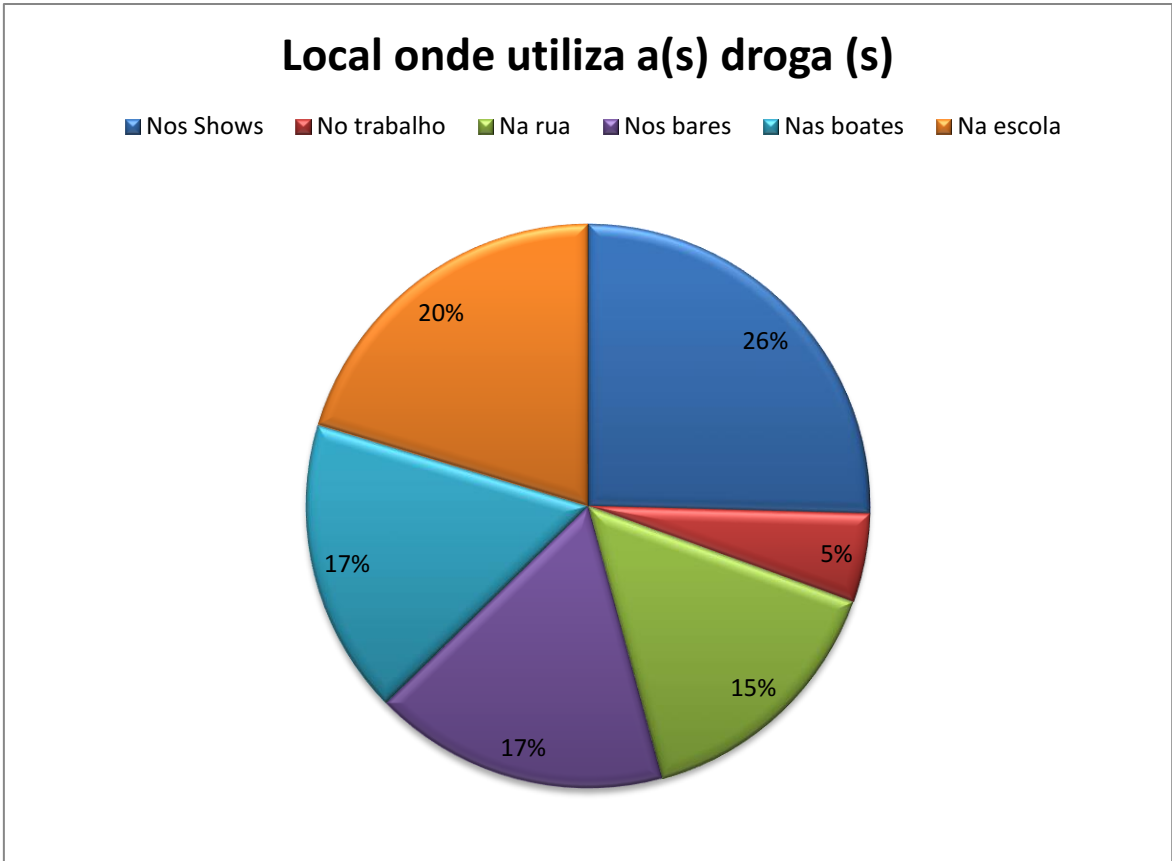


Figura 3 Local onde utiliza a(s) droga(s)

Em seguida, a figura 4 nos mostra que, os (as) educandos preferem fazer o uso dessas substâncias acompanhados dos (as) amigos (as), sejam eles (as) da escola ou não.

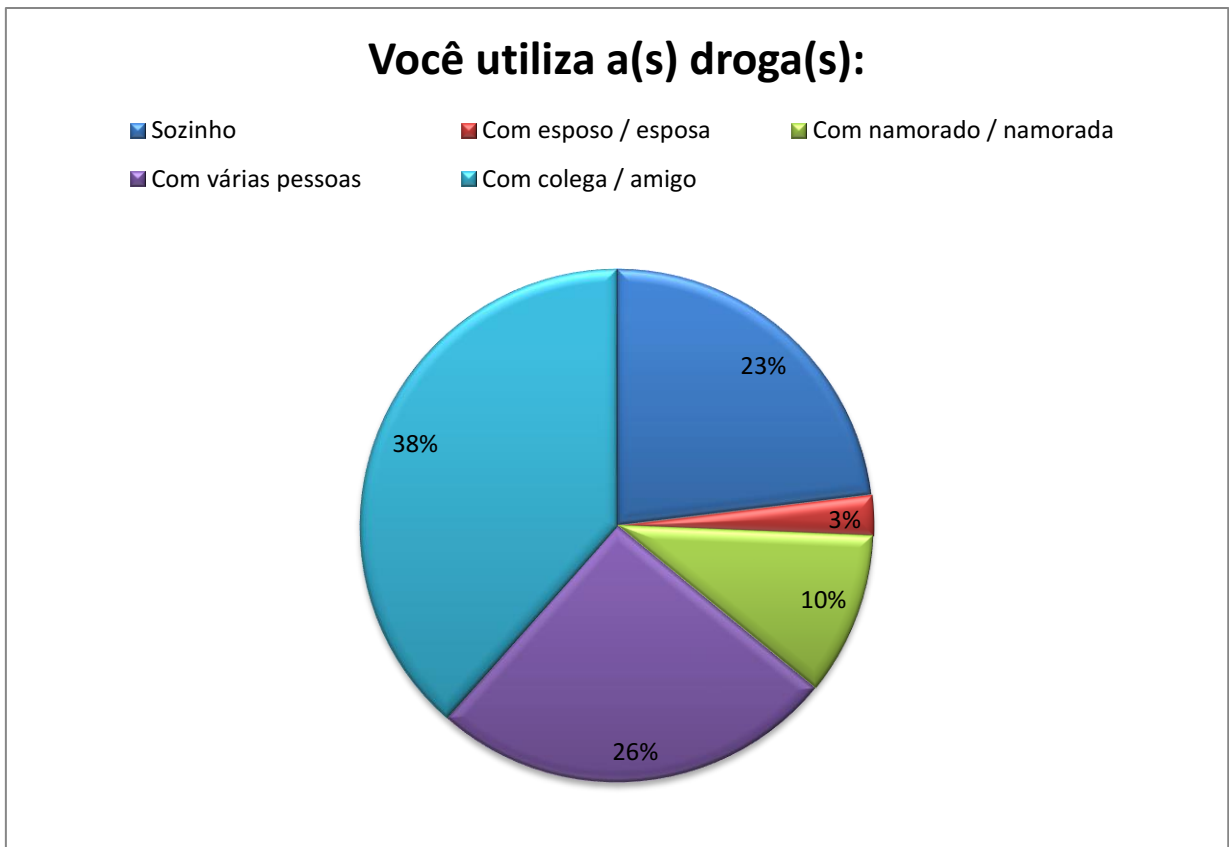


Figura 4 Com quem utiliza a(s) droga(s)

A figura 5 demonstra que a escola esta preocupada apenas com o lado proibicionista, pois ela nos mostra que ao utilizar a “droga” os (as) educandos (as) acabam compartilhando materiais que são utilizados para o uso destas substâncias, e isso como sabe pode transmitir doenças. Nota-se com isto, que em nenhum momento a instituição alertou-os sobre isto, visto que ao dialogar com eles (as) ficou claro que ninguém nunca tinha comentado sobre isto. Segundo eles (as) a única coisa que escutam falar é que não podem fazer o uso. Com base nisto, elaboro a seguinte pergunta: O Estado e as instituições escolares estão preocupados realmente com o bem estar dos (as) educandos (as), ou estão interessados apenas em molda-los?

Você compartilha, ou já compartilhou com alguém:

■ Cachimbo ■ Cigarro de Maconha ■ Seringas ■ Canudos de aspiração ■ Nunca compartilhei

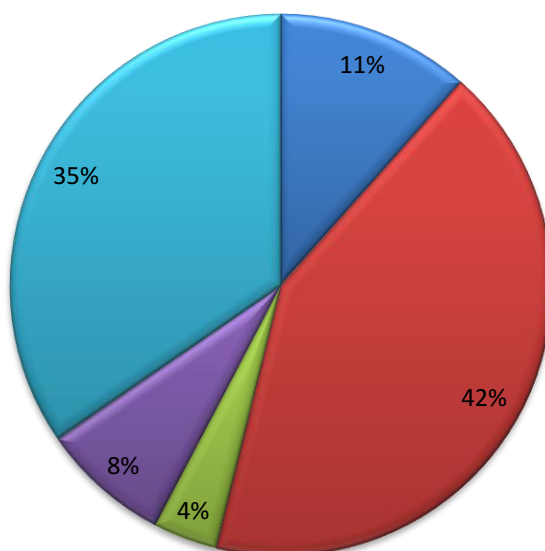


Figura 5 Instrumentos que são utilizados no uso de drogas e são compartilhados

O objetivo desta questão anterior, foi analisar quais instrumentos que são utilizados pelos (as) educandos (as) ao fazerem o uso dessas substâncias, e mostrar que na instituição não há um diálogo com base na redução de danos. O diálogo com base na redução de danos é aquele que não proíbe, pelo contrario, ele aceita o uso, e procura fazer com que essa utilização seja feita de maneira segura.

Por fim, á ultima pergunta procura mostrar quem foi que ofereceu a “droga” ao (a) educando (a), e os dados nos mostrou que, na maioria dos casos, foi um colega ou amigo que ofereceu a substância.

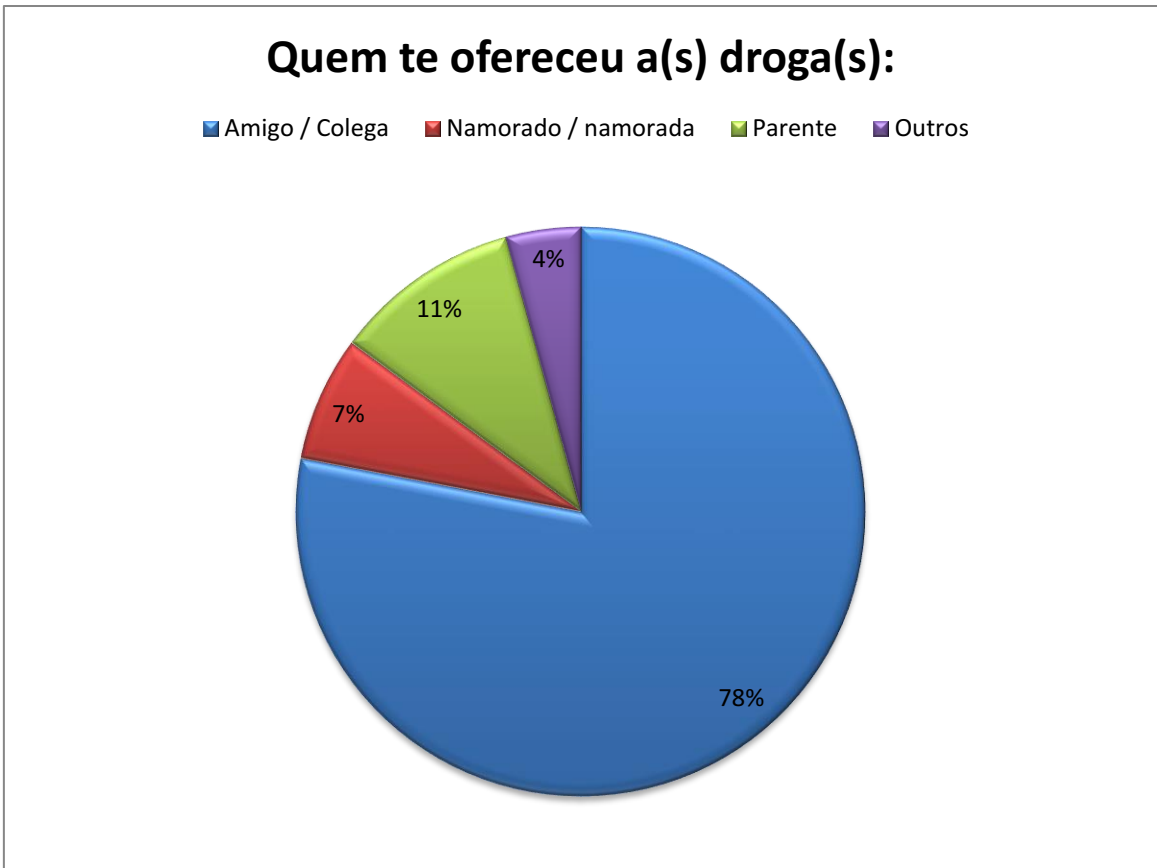


Figura 6 Quem que ofereceu a substância

O objetivo desta pesquisa foi mostrar que o método proibicionista adotado pela instituição, como também pela maioria das escolas não estão tendo nenhum efeito nos adolescentes e jovens, pelo contrário, esse método esta afastando os (as) educandos (as) da escola, pois eles (as) não se reconhecem e não se veem naquele espaço. Entende-se que o papel da escola e dos (as) educadores (as) é cuidar do bem estar dos (as) educandos (as) seja qual for sua decisão, ou seja, não cabe a qualquer instituição escolar julgar o que é certo e errado, visto que os significados destas palavras (certo e errado) mudam de pessoa para pessoa.

Considerações finais

Este estudo visou analisar os pensamentos e discursos envolvendo o assunto “drogas” no contexto escolar. Para isto foi escolhida a Escola Estadual do Parque São Jorge, localizada no bairro Parque São Jorge V, na cidade de Uberlândia-MG, como local de pesquisa. Procurando o público da pesquisa, escolhemos as turmas do ensino de jovens e adultos (EJA) para serem feitas as observações em sala como também as aplicações dos questionários. O objetivo deste estudo não foi defender a liberação ou a proibição de qualquer substância, o objetivo aqui foi mostrar que as instituições escolares negam o lado cultural e social que as substâncias que hoje são chamadas de ilícitas tiveram em nossa sociedade.

Ao procurar estudos sobre a temática “drogas”, notou-se que em sua maioria os textos acadêmicos procuravam mostrar uma visão negativa, centrada no proibicionismo. Estes textos colocavam as “drogas” como sendo as responsáveis pelos problemas da sociedade, colocavam-nas como sendo também responsáveis pelos problemas escolares, pelos problemas sociais. A “solução” em geral apresentada na escola seria a proibição destas substâncias que ainda são legalizadas e a continuação da proibição para aquelas já proibidas. A importância deste estudo aqui realizado, foi ir em direção oposta a destes trabalhos apresentados acima, por isso foi colocado como principal agente para a realização deste trabalho o diálogo. Dada à importância do assunto, tornou-se necessário elaborar análises que também possuem o foco histórico e não só o educativo.

Pensando nisto, o primeiro objetivo colocado para o desenvolvimento do mesmo foi analisar as representações das “drogas” nos discursos dos (as) professores (as) e dos (as) educandos (as) através do estudo em campo. Através disto procurei analisar também se os (as) educandos (as) faziam ou fazem o uso de alguma “droga” e se sim quando que ocorreu este primeiro contato, como também quem foi que apresentou estas substâncias para este (a) educando (a). De acordo com as respostas dos questionários apesar da escola possuir um discurso proibicionista, a escola foi o segundo lugar onde os (as) educandos (as) tiveram seu primeiro contato com as substâncias lícitas e

ilícitas , ou seja, o discurso empregado pela mesma não consegue atingi-los, pois a instituição não procura nem realizar uma sensibilização ao tema.

Com base nos dois objetivos, foi se colocado por ultimo o objetivo de entender qual a visão que os jovens possuem a respeito das “drogas” e qual o papel que os (as) professores (as) vem desempenhando frente a esse assunto no ambiente escolar. Em relação às observações em sala descobriu-se que a maioria dos educandos nunca tinha visto uma abordagem diferente da do proibicionismo, nem mesmo sabiam a diferença entre “droga licita” e ilícita. Isso deixa claro que a escola não procura promover uma abordagem ampla, ou seja, que contemple todos (as) que ali estão. Observou-se que a ações da instituição aqui analisada não contribuem para o desenvolvimento da autonomia dos educandos, como também não utilizam o diálogo. Sua prática como também as dos (as) educadores (as) é centrada na exposição exclusiva de seus pensamentos, não abrindo espaço para opiniões contrárias. Ressalto que todos os objetivos colocados para este trabalho tiveram como função colocar em diálogo os discursos dos (as) educandos (as) com os (as) educadores (as).

A metodologia escolhida para ser usada neste trabalho, possui dois pontos centrais, o primeiro diz respeito às observações nas salas de aulas, enquanto que o segundo se remete a aplicação dos questionários, como colocado no capítulo anterior. O foco colocado para a aplicação dos questionários foi o de complementar as informações que foram obtidas através do diálogo nas salas de aula. Através deste diálogo com os (as) educadores (as), com os (as) educandos (as), com todos os profissionais da escola e também com moradores foi possível chegar às conclusões que serão mostradas logo abaixo. Através do estudo do primeiro capítulo “As representações das “drogas” na história”, foi notado que as “drogas” de acordo com a historiografia tiveram e ainda possuem papel importante na sociedade. Suas histórias são marcadas, por liberações e proibições, com o objetivo de atender o interesse de algumas pessoas, não olhando assim a opinião de toda a sociedade. Ao analisar a maioria dos estudos que abordam a temática “droga”, percebe-se que existe um ponto em comum entre eles, ambos pensamentos são ligados ao proibicionismo e tiveram como objetivo moldar o

pensamento e os comportamentos das pessoas, ou seja, o objetivo real ali não era auxiliar na saúde da pessoa e sim controlar seus desejos, seus pensamentos como também seus discursos. Notou-se também, que existe uma grande barreira entre a explicação técnica e social da temática “droga”, pois a maioria dos estudos abordam o assunto são elaborados através dos discursos e análises dos cientistas e dos médicos, e estes não se preocupam em abordar o lado social destas substâncias. Afirmo que precisamos que mais historiadores se voltem para o estudo desta temática, que procure de fato fazer uma abordagem histórica do tema, ou iremos conviver cada vez mais com pessoas não historiadoras “promovendo análises históricas”.

A partir da análise das “drogas” na história, procurei textos e artigos que abordassem a temática “drogas” dentro das instituições escolares antes de começar a pesquisa em campo. O capítulo 2 deste estudo deixou claro que existe outras maneiras de se trabalhar a temática “droga” em sala de aula, como por exemplo, o uso da autonomia. Ao fazer a ligação entre o capítulo aqui citado, e as observações feitas em sala, concluo que a escola como também os(as) educadores(as) não conseguiram se atualizar sobre as novas possibilidades e abordagens para trabalharem a temática “drogas” em sala de aula, com tendência de repetição do que o Estado coloca para eles. Como consequência disso, ficou claro que a instituição não consegue promover um ensino sobre as “drogas”, apenas cumprindo o que é colocado para o ensino. Nota-se através do capítulo 2, que para acontecer de fato o ensino deve acontecer o diálogo, e a partir destes fatores que o(a) educador(a) irá trabalhar a temática em sala.

Apesar de conseguir realizar este estudo, ressalto que o discurso proibicionista está tão atrelada a nossa formação que se torna difícil desprender-se da mesma e promover olhares diferentes sobre as “drogas”. Concluo este estudo, afirmando novamente que precisamos que mais historiadores se voltem a estudar e analisar a temática “droga”, pois através destes estudos iremos poder mostrar diferentes olhares sobre a mesma, fugindo assim do proibicionismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Gilberta. Drogas na educação para a Autonomia como garantia de Direitos, Revista da EMERJ, V.16, n. 63 (Edição Especial), p. 96 - 104, out. - dez. 2013.

CARLINI-COTRIM, Beatriz. Drogas na escola: prevenção, tolerância e pluralidade. In: AQUINO, J. G. (Org.). Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

CARNEIRO, Henrique. As drogas: objeto da Nova História. Revista USP, São Paulo, n.23. 1994.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011, 144 p.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Gilberto; FERREIRA, Juca. A cultura, o Estado e os diversos usos das “drogas”. In: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique. Drogas e cultura: novas perspectivas. Edufba, Salvador. 2008.

KARAM, Maria Lucia. A lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. In: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique. Drogas e cultura: novas perspectivas. Edufba, Salvador. 2008.

RICHTER, Leonice Matilde; PEREIRA, Maria Simone Ferraz; MENDES, Olenir Maria. A potencialidade da avaliação includente em um contexto marcado pela lógica da exclusão social (Educação popular em tempos de inclusão: pesquisa e intervenção/ Benerval Pinheiro Santos, Gercina Santana Novais, Lázara Cristina da Silva (organizadores), Uberlândia: EDUFU.2011

SILVA, Ângela Maria; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas; FRANÇA, Maira Nani. Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos: projetos de

pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5ed. Uberlândia: UFU, 2009

SIMÕES, Júlio Assis. Prefácio. In: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique. Drogas e cultura: novas perspectivas. Edufba, Salvador. 2008.

VIDAL, Sergio. A regulamentação do cultivo da maconha para consumo próprio: uma proposta de redução de danos. In: FILHO, Antônio Nery; MACRAE, Edward; TAVARES, Luiz Alberto; RÊGO, Marlize. Orgs. Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas. Salvador: EDUFBA: CETAD, 2009. 308 p. - (Coleção drogas: clínica e cultura)

APÊNDICES I: QUESTIONÁRIO

INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS

Prezado (a) Aluno (a),

Esse instrumento faz parte do processo de desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, tendo como objetivo averiguar o conhecimento sobre a temática “drogas”.

Sendo assim, solicito a sua colaboração para responder as questões abaixo formuladas.

Informamos que **não será necessária sua identificação** e afirmo que todo o processo é **sigiloso**.

1. Sexo: () Feminino () Masculino

2. Idade: _____.

3. Cor / Raça: () Branca () Negro () Amarelo

4. Escolaridade: _____.

5. Você sabe a diferença entre “droga lícita e ilícita”? () Sim () Não

6. Das “drogas” abaixo marque um **X** naquela (s) que você já **experimentou**.

Álcool ()	Maconha ()	Cocaína ()
Anfetamina: Drogas sintéticas que estimulam o sistema nervoso	Solventes: Cola de Sapateiro () ;	Ansiolíticos: Valium / Diazepan () ;

central, conhecidas como rebite ou bola. ()	Tinta (); Thinners (); Esmalte (); Verniz (); Cheirinho de Loló (); Lança Perfume ();	Lorazepam (); Lexotan (); Rohipnol ();
Anticolinérgico: Chá de Beladona (); Chá de Lírio (); Chá de Datura (); Chá de Trombeta (); Chá de cartucho (); Chá de Saia Branca ();	Barbitúrico: Gardenal; Tiopental; Secobarbital; Clorofórmio (); Pentobarbital;	Opiáceos: Morfina (); Heroína (); Fentanil (); Tramal (); Codeína ();
Xaropes: Codeína (); Ziproprol ();	Alucinógenos: LSD (); Ecstasy (); Chá de Cogumelo (); Haxixe (); Skank (); Chá do Santo Daime ();	Tabaco: Cigarro (); Charuto (); Cachimbo (); Narguilé (); Mascado (); Cigarro de Palha ();

7. Das “drogas” abaixo marque um **X** naquela (s) que você **faz uso**.

Álcool ()	Maconha ()	Cocaína ()
-------------------	--------------------	--------------------

<p>Anfetamina: Drogas sintéticas que estimulam o sistema nervoso central, conhecidas como rebite ou bola. ()</p>	<p>Solventes:</p> <p>Cola de Sapateiro ();</p> <p>Tinta ();</p> <p>Thinners ();</p> <p>Esmalte ();</p> <p>Verniz ();</p> <p>Cheirinho de Loló ();</p> <p>Lança Perfume ();</p>	<p>Ansiolíticos:</p> <p>Valium / Diazepan ();</p> <p>Lorazepam ();</p> <p>Lexotan ();</p> <p>Rohipnol ();</p>
<p>Anticolinérgico:</p> <p>Chá de Beladona ();</p> <p>Chá de Lírio ();</p> <p>Chá de Datura ();</p> <p>Chá de Trombeta ();</p> <p>Chá de cartucho ();</p> <p>Chá de Saia Branca ();</p>	<p>Barbitúrico:</p> <p>Gardenal;</p> <p>Tiopental;</p> <p>Secobarbital;</p> <p>Clorofórmio ();</p> <p>Pentobarbital;</p>	<p>Opiáceos:</p> <p>Morfina ();</p> <p>Heroína ();</p> <p>Fentanil ();</p> <p>Tramal ();</p> <p>Codeína ();</p>
<p>Xaropes:</p> <p>Codeína ();</p> <p>Zipeprol ();</p>	<p>Alucinógenos:</p> <p>LSD ();</p> <p>Ecstasy ();</p> <p>Chá de Cogumelo ();</p> <p>Haxixe ();</p> <p>Skank ();</p> <p>Chá do Santo Daime ();</p>	<p>Tabaco:</p> <p>Cigarro ();</p> <p>Charuto ();</p> <p>Cachimbo ();</p> <p>Narguilé ();</p> <p>Mascado ();</p> <p>Cigarro de Palha ();</p>

8. Você utiliza a (s) “droga” (s) em:

- em casa;
- no trabalho;
- na rua;
- nos bares;
- nas boates;
- nos shows;
- nas festas;

9. Você utiliza a (s) “droga” (s):

- sozinho;
- com esposo / esposa;
- com namorado / namorada;
- com várias pessoas;
- com colega / amigo;

10. Você compartilha, ou já compartilhou com alguém:

- cachimbo;
- cigarro de maconha;
- seringas;
- canudos de aspiração;
- nunca compartilhei;

11. Na primeira vez que você utilizou qualquer “droga” quem te ofereceu?

- amigo / colega;
- esposo / esposa;

() namorado / namorada;

() parente;

() outros (informar)_____.